

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

ÍNDICE

Nota 1	Contexto operacional	2
Nota 2	Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	2
Nota 3	Principais práticas contábeis	3
Nota 4	Caixa e equivalente de caixa.....	11
Nota 5	Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	11
Nota 6	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12
Nota 7	Relações interfinanceiras.....	19
Nota 8	Operações de crédito	20
Nota 9	Outros créditos	23
Nota 10	Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos	24
Nota 11	Impostos e contribuições.....	27
Nota 12	Outros valores e bens	29
Nota 13	Investimentos – participações em coligadas e controladas no país	29
Nota 14	Imobilizado de uso	30
Nota 15	Intangível.....	30
Nota 16	Depósitos	30
Nota 17	Captação no mercado aberto	32
Nota 18	Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares.....	32
Nota 19	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	32
Nota 20	Outras obrigações	34
Nota 21	Provisões, passivos e contingências passivas	35
Nota 22	Receitas e despesas.....	39
Nota 23	Patrimônio líquido.....	42
Nota 24	Índice de Basileia e de imobilização	43
Nota 25	Informações complementares	44
Nota 26	Transações com partes relacionadas	45
Nota 27	Compromissos e garantias.....	49
Nota 28	Benefícios a empregados.....	49
Nota 29	Demonstração consolidada do resultado abrangente - DRA.....	61

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Nota 1 Contexto operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A. ("Banco" ou "BRB") é uma instituição financeira de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua também nos segmentos de crédito, financiamento e investimento; distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de fundos; cartões de crédito; corretagem de seguros e prestação de serviços.

Nota 2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) por meio da Resolução CMN n.º 4.280, de 31.10.2013, e da Circular Bacen n.º 3.701, de 13.03.2014, que determinam o escopo de consolidação, restringindo-se às instituições financeiras e assemelhadas, não devendo assim ser confundidas com o conjunto de demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e do Bacen, bem como da Lei das Sociedades por Ações e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial abrangem as empresas: BRB – Banco Múltiplo, BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BRBCard S/A. e o Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, ou seja, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria Colegiada em 27 de março de 2018.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Nota 3 Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 6) são apresentados no ativo circulante, independente de suas datas de vencimentos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

c) Mensuração de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, contas correntes em outras instituições financeiras, as aplicações interfinanceiras de liquidez, e títulos e valores mobiliários cujo prazo de contratação é inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor justo, que são gerenciados pelo BRB para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são as operações compromissadas avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Aquelas com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro-rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das aplicações interfinanceiras de liquidez, tanto as pós quanto as prefixadas, é o mesmo do custo acrescido dos rendimentos.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial consolidado. Podem ser classificados nas seguintes categorias:

- títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados em contrapartida ao resultado do período. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado;

- títulos disponíveis para venda: são adquiridos sem o propósito de negociação ativa e frequente embora possam vir a ser negociados. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

No caso dos títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado a valor presente;

- para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a taxa CDI de um dia, disponível na BM&F Bovespa;

- na falta da taxa devida para o vencimento procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;

- esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

g) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

h) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, em escala crescente de risco de "AA" a "H", conforme abaixo:

Período de atraso	Classificação do cliente
- de 0 a 14 dias	A
- de 15 a 30 dias	B
- de 31 a 60 dias	C
- de 61 a 90 dias	D
- de 91 a 120 dias	E
- de 121 a 150 dias	F
- de 151 a 180 dias	G
- superior a 180 dias	H

Para as operações com prazos superiores a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito.

As operações de créditos classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A "provisão para créditos de liquidação duvidosa" é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura dos riscos de créditos a receber. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Com base na Resolução CMN n.º 2.682/1999, artigo 3º, admite-se excepcionalmente classificação diversa para as operações da Carteira de Crédito Rural, ERC – Empréstimo Rotativo Cartão, BRBServ e Consignado Brasília.

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

i) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas e subsidiária integral foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei n.º 6.404/1976 alterado pela Lei n.º 11.941/2009. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

Descrição	Percentual
- Imóveis de Uso – Edificações	4%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
- Demais itens	10%

O saldo residual, custo de aquisição corrigido e deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

k) Intangível

O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Resolução do CMN n.º 4.534/2016, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

l) Outros valores e bens

Composta basicamente por "Bens Não Destinados a Uso", compreende os imóveis disponíveis para venda e os imóveis próprios desativados e recebidos como dação de pagamento, os quais são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor. A provisão é constituída quando o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição, conforme apontado por laudo de avaliação.

m) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização.

n) Redução do valor recuperável de ativos – *Impairment*

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou que ainda não estejam em uso tem seu valor recuperável testado anualmente, independente de apresentarem indício de desvalorização. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. As premissas de análise são definidas de acordo com cada classe de ativos.

o) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balancete, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25, integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme a legislação vigente a cada tributo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social (CSLL)	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	Até 5,00%

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

(*) Os ativos fiscais diferidos foram constituídos com as alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil.

(**) Em conformidade com a Lei 13.169/2015, a alíquota voltará a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

São constituídos créditos tributários do Banco, Financeira BRB, BRB-DTVM e BRBCard, relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais e prejuízo fiscal do IR, à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e base negativa da CSLL à alíquota de 20% para o BRB. No caso das obrigações com prazo de realização após 2018, constituiu-se crédito tributário de CSLL à alíquota de 15%.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15% ou 20%, conforme prazo de realização).

s) Patrimônio Líquido

Capital Social: as ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social.

Reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal, limitado à 20% (vinte por cento) do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%.

Reserva para equalização de dividendos: será limitada a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- equivalentes a até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976, redação dada pela Lei 10.303/2001;
- equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;
- decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Ajustes de avaliação patrimonial:

- ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários, conforme requerido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.
- ganho ou perda atuarial de plano de benefício definido, líquido dos efeitos tributários, em consonância com a Resolução CMN n.º 4.424/2015.

t) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

u) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN n.º 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcialmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 (R1), sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e

- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa.

Nota 4 Caixa e equivalente de caixa

a) Composição de caixa e equivalente de caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	188.554.585,02	178.822.248,77
Disponibilidades	188.554.585,02	178.822.248,77
Equivalentes de Caixa (*)	1.148.895.920,73	442.849.903,82
Aplicações em operações compromissadas	1.145.126.711,22	430.959.319,07
Aplicações em moedas estrangeiras	3.769.209,51	1.651.367,56
Títulos e valores mobiliários	-	10.239.217,19
Total	1.337.450.505,75	621.672.152,59

(*) Refere-se às operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição das aplicações interfinanceiras e seus respectivos vencimentos

	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações em operações compromissadas	1.145.126.711,22	-	-	1.145.126.711,22	430.959.319,07
Aplicações em depósitos interfinanceiros	56.282.557,64	-	175.276.284,05	231.558.841,69	160.345.169,72
Aplicações em moedas estrangeiras	3.769.209,51	-	-	3.769.209,51	1.651.367,56
Total em 31.12.2017	1.205.178.478,37	-	175.276.284,05	1.380.454.762,42	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	31.12.2017	31.12.2016
Total em 31.12.2016	546.101.502,84	46.854.353,51	-	-	592.955.856,35

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras

	Índice	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 dias a 1 ano	31.12.2017	31.12.2016
DIM Microfinanças	Pré	2.507.177,14	-	4.913.230,88	7.420.408,02	11.185.871,88
DIRP - Pronaf	Pré	-	-	12.156.551,00	12.156.551,00	11.242.261,84
DIRC - Cooperativo	Pré	-	-	53.828.173,19	53.828.173,19	55.960.638,12
DIRG - Pronamp	Pré	-	-	35.022.798,13	35.022.798,13	35.102.044,37
DII - Imobiliário	Pós	53.775.380,50	-	-	53.775.380,50	-
DIR	Pré	-	-	69.355.530,85	69.355.530,85	46.854.353,51
Aplicações em moedas estrangeiras		3.769.209,51	-	-	3.769.209,51	1.651.367,56
Total em 31.12.2017		60.051.767,15	-	175.276.284,05	235.328.051,20	-
Total em 31.12.2016		115.142.183,77	46.854.353,51	-	-	161.996.537,28

Nota 6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Resumo

	31.12.2017		31.12.2016		Ref.
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Títulos para negociação	79.533.237,13	-	116.579.783,77	-	(b.1)
Títulos disponíveis para venda	211.234.687,41	786.296.833,14	335.873.672,74	529.235.472,17	(b.2)
Títulos mantidos até o vencimento	133.519.815,46	207.489.097,21	134.174.776,33	273.312.173,37	(b.3)
Total	424.287.740,00	993.785.930,35	586.628.232,84	802.547.645,54	

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários nos termos da Circular Bacen n.º 3.068/2001

b.1 – Títulos para negociação

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Vencimento em dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
CCB	-	-	-	-	5.858.255,91	17.421.566,91	(11.563.311,00)	5.858.255,91	15.982.144,62	(9.372.988,60)	6.609.156,02
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	4.303.688,06	(2.715,23)	4.300.972,83
FII - SIA Corporate	2.722.346,71	-	-	-	-	2.722.346,71	-	2.722.346,71	2.769.709,45	-	2.769.709,45
Fundo de Investimento Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	612.226,04	-	612.226,04
FIP - LSH	-	-	-	-	-	-	-	-	18.602.407,02	-	18.602.407,02
Fundo FICFI RF DI LP 1 milhão	70.813.399,09	-	-	-	-	70.813.399,09	-	70.813.399,09	65.424.005,40	-	65.424.005,40
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	139.235,42	139.117,26	118,16	139.235,42	8.526.981,26	9.734.325,75	18.261.307,01
Total	73.535.745,80	-	-	-	5.997.491,33	91.096.429,97	(11.563.192,84)	79.533.237,13	116.221.161,85	358.621,92	116.579.783,77

b.2 - Títulos disponíveis para venda

Vencimento em dias	31.12.2017								31.12.2016		
	Valor de mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Ações de Companhias Abertas	2.932.087,37	-	-	-	-	10.811.023,28	(7.878.935,91)	2.932.087,37	10.811.023,28	(8.341.897,09)	2.469.126,19
FII - Banrisul Novas Fronteiras	-	-	-	-	10.971.360,00	8.231.066,69	2.740.293,31	10.971.360,00	8.717.387,59	2.253.972,41	10.971.360,00
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	30.858.211,11	-	667.265.491,63	698.283.649,11	(159.946,37)	698.123.702,74	305.546.283,25	(803.897,80)	304.742.385,45
LFT - Vinculada Garantia	-	-	-	-	19.493.349,19	19.496.631,98	(3.282,79)	19.493.349,19	17.730.000,87	(35.549,97)	17.694.450,90
LFT - Título Cauçionado (*)	-	-	77.164.094,70	-	20.207.701,13	97.387.677,21	(15.881,38)	97.371.795,83	111.264.612,45	(78.393,25)	111.186.219,20
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	48.425.089,85	46.819.970,00	93.908.408,19	1.336.651,66	95.245.059,85	-	-	-
LFT - Posição Financiada	-	50.134.034,82	-	-	-	50.146.940,74	(12.905,92)	50.134.034,82	334.232.471,11	(827.924,56)	333.404.546,55
LFT-Vinculada ao Bacen	-	-	-	-	-	-	-	-	84.436.174,73	(223.907,30)	84.212.267,43
FIR - Santos Virtual	-	-	-	-	308.961,56	308.961,56	-	308.961,56	428.789,19	-	428.789,19
FIP - LSH	-	-	-	-	18.545.070,97	18.545.070,97	-	18.545.070,97	-	-	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Vencimento em dias	31.12.2017					31.12.2016					
	Valor de mercado					Total					
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Debêntures	-	-	647.198,10	1.073.971,46	2.684.928,66	4.406.098,22	-	4.406.098,22	-	-	-
Total	2.932.087,37	50.134.034,82	108.669.503,91	49.499.061,31	786.296.833,14	1.001.525.527,95	(3.994.007,40)	997.531.520,55	873.166.742,47	(8.057.597,56)	865.109.144,91

(*)Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes à cartas de fiança e depósitos judiciais.

O efeito tributário sobre o ajuste ao valor de mercado é de R\$ 1.535.822,65 totalizando um montante líquido negativo de R\$ 2.458.184,75, conforme saldo destacado no balanço patrimonial.

b.3 – Títulos mantidos até o vencimento

Vencimento em dias	31.12.2017					31.12.2016					
	Valor de mercado					Total					
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
CDB	-	-	-	-	15.151.294,03	15.151.294,03	-	15.151.294,03	13.779.503,47	-	13.779.503,47
Criatec II - FIP	-	-	-	-	3.755.447,23	3.755.447,23	-	3.755.447,23	2.765.221,16	-	2.765.221,16
Debêntures	-	-	5.606.908,85	769.773,75	3.848.868,80	10.225.551,40	-	10.225.551,40	28.055.881,75	-	28.055.881,75
Funcine	-	-	-	-	5.874.836,83	5.874.836,83	-	5.874.836,83	6.178.639,38	-	6.178.639,38
LCI Pouplex	-	-	-	-	-	-	-	-	55.526.591,50	-	55.526.591,50
MOP – Títulos Caucionadas(*)	-	136.159,17	680.795,89	816.955,07	13.207.440,50	14.841.350,63	-	14.841.350,63	16.506.148,24	-	16.506.148,24
Notas do Tesouro Nacional	-	-	49.445.967,34	49.445.967,34	126.977.247,02	225.869.181,70	2.119.225,20	227.988.406,90	279.798.511,46	(5.659.518,67)	274.138.992,79
Notas Financeiras do Tesouro – Vinculada (Bacen)	-	-	8.703.998,95	17.407.997,90	34.815.995,80	60.927.992,65	3.281.714,29	64.209.706,94	-	-	-
Títulos da Dívida Agrária	-	-	28.016,92	-	-	28.016,92	-	28.016,92	54.992,96	-	54.992,96
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	39.772,85	198.864,28	238.637,15	3.857.967,00	4.335.241,28	-	4.335.241,28	4.821.459,78	-	4.821.459,78
Total	-	175.932,02	64.664.552,23	68.679.331,21	207.489.097,21	341.008.912,67	5.400.939,49	346.409.852,16	407.486.949,70	(5.659.518,67)	401.827.431,03

(*)Estão bloqueadas LFT's e CVS's referentes à cartas de fiança e depósitos judiciais.

(**)Estão bloqueadas 50.000 NTN-B's com vencimento em 15.08.2020, destinadas ao direcionamento de poupança/Resolução Bacen n.º 2.458/1997

Em 28.06.2016, o BRB adquiriu debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense em troca de quitação de operação de crédito da emissora junto ao banco. A referida emissão, no valor de R\$ 29.000.000,00 possui como características:

- Remuneração: IPCA + 11% a.a;
- Carência de um ano para pagamento de juros mensais, a iniciar em 25.05.2017;
- Amortizações semestrais, a iniciar em 25.11.2017;

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

- Vencimento: 25.05.2021.

(*) em reunião da Assembleia Geral de Debenturistas titulares das debêntures da 1ª emissão do Correio Braziliense, ocorrida em 24.05.2017, foi deliberado a prorrogação da data do pagamento da primeira parcela de juros do papel que ocorreu em 26.06.2017, sendo incorporado ao principal da operação os juros acumulados desde a emissão. Foi determinado ainda um pagamento adicional pelo emissor e prêmio no valor total de R\$ 100, o qual foi realizado no dia 05.06.2017.

Foi constituída provisão para a debênture do Correio Braziliense nos moldes da Resolução n.º 2.682/1999, no valor de 70% do saldo atualizado, a partir de 29.12.2017. A administração do BRB avaliou a operação específica e entendeu que essa, por ter características de operação de crédito, deveria atender a norma das provisões de operações de crédito. A debênture do Correio Braziliense está categorizada como "mantida até o vencimento". Atualmente está em processo de renegociação, mantendo-se a provisão já mencionada de 70%. Cabe esclarecer que o imóvel dado em garantia, por meio de alienação fiduciária, é mais do que suficiente para arcar com o total da dívida.

Os títulos TDA não possuem mercado secundário ativo e possuem valor total de R\$ 28.016,92.

Para o cálculo das CVSs, constatou-se a falta de mercado secundário para negociação desse ativo, impedindo uma avaliação adequada do seu preço de mercado. Assim sendo, considerando que as CVS's possuem como contraparte o Tesouro Nacional e são custodiadas pela B3, a qual apura o valor atual do papel conforme o seu regramento de remuneração, optou-se por adotar o valor calculado pela clearing para sua contabilização, entendendo esse ser o valor justo do ativo e o valor que o BRB terá a receber pelos ativos conforme seu vencimento.

O BRB realiza operações no mercado interbancário (DIs) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e a prazo, sendo tais aplicações efetuadas com reciprocidade de aplicação do mesmo montante no BRB por suas contrapartes, mitigando assim o risco de crédito e liquidez. Sob a mesma finalidade foi realizada a aplicação de DI Imobiliário junto a POUPEX no valor inicial de R\$ 50 milhões a vencer em 22.01.2018, contendo tal operação acordo de compensação e liquidação (netting) devidamente registrado na Cetip, sendo emitido pelo BRB CDI de mesmo valor e vencimento em contrapartida. Dessa forma, considera-se que os valores registrados refletem as condições pactuadas e estão devidamente ajustados.

O Banco possui a intenção e a capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. Durante o exercício de 2017 não houve reclassificação de títulos entre as categorias, exceto em decorrência do encerramento do Fundo de Investimento Exclusivo – FIM, classificado na categoria para negociação, cujos ativos foram incorporados à carteira própria da BRB-DTVM (Consolidado), na categoria disponível para venda.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

c) Títulos e valores mobiliários por carteira

	31.12.2017			31.12.2016		
	Custo corrigido	Ajuste ao valor mercado	Valor Contábil	Custo corrigido	Ajuste ao valor mercado	Valor Contábil
Carteira própria	1.190.830.277,38	(15.525.130,15)	1.175.305.147,23	832.705.446,62	(6.533.200,56)	826.172.246,06
Carteira Financiada	50.146.940,74	(12.905,92)	50.134.034,82	334.232.471,11	(827.924,56)	333.404.546,55
Vinculados ao Bacen	60.927.992,65	-	60.927.992,65	84.436.174,73	(223.907,30)	84.212.267,43
Vinculados a garantias	131.725.659,82	(19.164,17)	131.706.495,65	145.500.761,56	(113.943,22)	145.386.818,34
Total	1.433.630.870,59	(15.557.200,24)	1.418.073.670,35	1.396.874.854,02	(7.698.975,64)	1.389.175.878,38

d) Títulos e valores mobiliários por nível de hierarquia de valor justo

	31.12.2017	31.12.2016
	Valor justo	Valor justo
Ativos financeiros		
Nível 1 - valor de mercado	1.385.186.289,42	1.324.740.394,67
Ativos financeiros para negociação	73.674.981,22	109.970.627,75
Ativos financeiros disponíveis para venda	997.531.520,55	865.109.144,91
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	313.979.787,65	349.660.622,01
Nível 2 - precificação interna com dados externos	38.260.303,50	58.720.972,08
Ativos financeiros para negociação	5.858.255,91	6.609.156,02
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	32.402.047,59	52.111.816,06
Nível 3 - precificação com dados internos	28.016,92	54.992,96
Ativos financeiros mantidos ao vencimento	28.016,92	54.992,96

Os critérios utilizados para fins de precificação dos títulos da carteira do Conglomerado BRB a valor justo foram:

- Para os Títulos Públicos Federais, foi utilizado o critério de preço de mercado divulgado pela ANBIMA para a data de 29.12.2017 com a marcação a mercado de cada título. Esses preços representam efetivamente os valores negociados no mercado financeiro e de capitais para os Títulos Públicos Federais contidos na Carteira do BRB na data mencionada;

- para a 1ª emissão de debênture do Correio Brasileiro, dada a inexistência de parâmetro de negociação do ativo em mercado secundário, foi utilizado critério de preço conforme consta em escritura do ativo, sendo considerado entretanto os critérios de provisionamento de crédito decorrente

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

da avaliação de crédito do emissor, conforme metodologia interna de avaliação de crédito e critérios definidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999;

- para as ações e Fundos Imobiliários, cuja cota possui negociação em bolsa, foram utilizadas as cotações divulgadas pela B3 para o dia 29.12.2017. As informações disponibilizadas pela B3 são os preços efetivos das negociações dos ativos na data mencionada;

- para as operações compromissadas, foram mantidos os mesmos preços praticados pelo mercado. Essa decisão foi tomada tendo em vista que as operações compromissadas são lastreadas em Títulos Públicos Federais, têm taxa pré-fixada e data de retorno fixa. Na hipótese de inadimplência da contraparte, os Títulos Públicos Federais utilizados para lastro garantem essas operações. Entendemos que o risco da operação está minimizado representando dessa forma o preço justo;

- para as cotas dos fundos FUNCINE e FIP Criatec II, em se tratando de fundos fechados e sem negociação de cotas, assume-se que os valores apurados pelo administrador refletem de forma fidedigna o valor justo dos ativos que compõem seu Patrimônio Líquido, em conformidade a legislação vigente de fundos de investimento;

- para as operações em CDI, o valor justo é o valor atualmente praticado no mercado interbancário, pois são operações realizadas exclusivamente entre instituições financeiras. Portanto, o risco de inadimplemento está relacionado à possibilidade da instituição financeira emissora do título perder a capacidade de honrar seus pagamentos.

e) Análise de sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)

Foi realizada análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, para o Conglomerado BRB. Para realização desta análise, as operações foram segregadas em duas carteiras: negociação e bancária (de acordo com as Resoluções CMN n.º 3.464/2007 e nº 4.557/2017, além da Circular BACEN n.º 3.354/2007).

- A carteira de negociação consiste nas operações de posições próprias com intenção de revenda, de obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços (efetivos ou esperados) ou realização de arbitragem.

- A carteira bancária é formada pelos instrumentos não classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação do BRB - Banco de Brasília é composta por títulos públicos federais, fundos, ações, operações compromissadas e moedas estrangeiras. A carteira de não-negociação é composta por operações de crédito, depósitos a prazo, poupança, letras financeiras, letras de crédito imobiliário e alguns títulos mobiliários e depósitos interfinanceiros, dentre outros papéis.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Para a análise de sensibilidade foram considerados três cenários, aplicados às carteiras de negociação (trading book) e bancária (banking book). O primeiro cenário foi desenhado pela área de cenários e projeções da Instituição e reflete maior probabilidade de ocorrência para os próximos três meses, com base nas condições de mercado observadas em 29.12.2017. Os cenários II e III são combinações de resultados adversos para o Conglomerado Prudencial. Para a simulação dos cenários, as curvas de juros, de preços, os índices e as taxas cambiais são estressados conforme orientações da Instrução CVM n.º 475/08.

Cenário I: As premissas utilizadas com base no cenário econômico - em dezembro de 2017 - foram: Selic a 7% a.a. projetada a 6,75% a.a.; taxa de câmbio reais/dólar a R\$ 3,30 sem variação; Ibovespa a 76.402 pontos projetado a 71.935 pontos; IPCA a 2,95% a.a. projetado a 3,18% a.a. e IGP-M a -0,53% a.a. projetado a 0% a.a.

Cenário II: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes, por fator de risco.

Cenário III: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado às quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

No quadro abaixo encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação:

Exposição Financeira			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	170.550,03	(1.174.564,67)	(2.315.656,77)
Inflação	(3.875.153,89)	(1.214.780,90)	(2.284.246,06)
Renda variável	(1.256.200,14)	(5.368.376,66)	(10.736.753,32)
Câmbio	-	(915.135,10)	(1.830.270,19)
Total	(4.960.804,00)	(8.672.857,33)	(17.166.926,34)

A seguir estão os resultados para a carteira de não-negociação:

Exposição Financeira			
Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	39.898.625	(266.457.491)	(511.995.681)
Inflação	(1.560.205)	(1.418.658)	(2.039.278)
Total	38.338.420	(267.876.149)	(514.034.958)

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Cabe ressaltar que os impactos nas exposições financeiras da carteira bancária não necessariamente representam potencial prejuízo contábil. Isso porque parte das operações de crédito que estão na carteira bancária é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são hedge natural para eventuais oscilações de taxa de juros. Essas oscilações também não representam impacto efetivo sobre o resultado da Instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

Nota 7 Relações interfinanceiras

a) Depósitos no Bacen

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

b) Sistema financeiro da habitação

A carteira de FCVS é composta pelos valores residuais de contratos encerrados, cujos saldos devedores residuais serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esses créditos são atualizados pela variação da Taxa Referencial de Juros (TR) mais taxa de juros de 6,17% ou 3,12% ao ano, dependendo da origem de recursos do financiamento.

	31.12.2017			31.12.2016		
Carteira Própria	Saldo	Provisão	Saldo líquido	Saldo	Provisão	Saldo líquido
Não habilitados (*)	6.107.637,61	(5.179.146,32)	928.491,29	4.214.072,92	(3.694.201,69)	519.871,23
Habilitados e não homologados (**)	2.540.159,93	(1.506.568,85)	1.033.591,08	10.726.473,70	(6.361.871,55)	4.364.602,15
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (***)	85.988.938,82	(56.944.124,63)	29.044.814,19	70.506.771,60	(46.454.790,08)	24.051.981,52
Habilitados e homologados (****)	55.550.059,83	-	55.550.059,83	53.624.013,15	-	53.624.013,15
Outros	6.020.343,61	(2.021.582,96)	3.998.760,65	5.810.944,26	(1.953.927,20)	3.857.017,06
Total 2	156.207.139,80	(65.651.422,76)	90.555.717,04	144.882.275,63	(58.464.790,52)	86.417.485,11
	Saldo	Provisão	Saldo líquido	Saldo	Provisão	Saldo líquido
Total Créditos (Carteira Própria e Terceiros) 1+2	156.207.139,80	(65.651.422,76)	90.555.717,04	144.882.275,63	(58.464.790,52)	86.417.485,11

(*) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(**) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(***) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo FCVS, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(****) Representam os contratos já avaliados pelo FCVS e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

A provisão é constituída com base em um estudo histórico de perdas ocorridas, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atenderam as normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

O saldo de R\$ 134.533,43 refere-se a valores de mutuários que solicitaram amortização do saldo devedor utilizando o FGTS.

Nota 8 Operações de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Pessoa física	7.726.037.320,61	90	8.034.507.126,89	86
Pessoa jurídica	900.004.817,88	10	1.323.649.451,26	14
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	50.865.037,33	1	51.070.059,15	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.285.300,02	-	1.678.803,91	-
Alojamento e alimentação	27.379.085,65	-	33.845.301,93	-
Artes, cultura, esporte e recreação	8.596.538,75	-	12.807.683,18	-
Atividades administrativas e serviços complementares	137.350.173,05	2	203.584.546,05	2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19.606.034,29	-	24.248.381,35	-
Atividades imobiliárias	9.284.858,62	-	20.656.591,95	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	23.488.917,14	-	33.042.370,98	-
Comércio	87.743.850,86	1	204.780.807,30	2
Construção	381.050.435,11	4	496.546.478,42	5
Educação	18.682.544,27	-	22.367.849,51	-
Governo da Administração Indireta	1.737,72	-	182.396,70	-
Indústrias de transformação	24.483.487,22	-	57.673.786,97	1
Indústrias extrativas	811.664,16	-	1.842.270,39	-
Informação e comunicação	37.178.900,15	1	34.884.308,14	1
Saúde humana e serviços sociais	27.971.067,10	1	42.938.714,37	1
Transporte, armazenagem e correio	20.433.065,69	-	43.442.747,71	1
Outras atividades de serviços	18.906.239,67	-	28.077.359,19	-
Outros	4.885.881,08	-	9.978.994,06	-
Total	8.626.042.138,49	100	9.358.156.578,15	100

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

b) Concentração das operações de crédito

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
10 maiores devedores	280.096.766,28	3	245.510.832,07	3
50 maiores devedores seguintes	389.576.297,49	5	462.172.945,67	4
100 maiores devedores seguintes	185.728.389,48	2	288.967.891,04	3
Demais devedores	7.770.640.685,24	90	8.361.504.909,37	90
Total	8.626.042.138,49	100	9.358.156.578,15	100

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento.

Operações Vincendas											
NÍVEL	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
Até 14 dias	56.240.808,58	23.301.933,54	19.687.771,52	4.613.168,16	1.629.663,72	312.380,59	420.637,46	119.614,17	273.711,32	106.599.689,06	145.875.612,76
De 15 a 30 dias	173.397.075,78	44.574.232,32	33.844.175,37	17.695.831,13	6.397.889,20	1.647.636,08	1.273.500,61	958.834,98	7.097.420,62	286.886.596,09	303.392.156,14
De 31 a 60 dias	131.716.225,63	43.991.137,09	27.984.841,66	25.267.267,49	5.217.817,62	1.355.803,59	1.792.677,65	705.068,97	5.499.981,78	243.530.821,48	252.039.380,27
De 61 a 90 dias	276.114.186,77	40.382.903,54	29.124.196,02	31.194.578,66	5.639.687,91	1.530.950,88	1.104.369,40	891.297,28	5.748.227,12	391.730.397,58	458.446.232,34
De 91 a 120 dias	26.848.261,55	13.596.385,17	7.677.791,13	1.544.204,51	1.451.787,11	112.472,44	91.146,27	60.585,04	235.790,98	51.618.424,20	46.756.735,87
De 121 a 150 dias	27.562.246,03	10.103.213,82	7.113.942,42	5.108.689,80	498.167,18	167.191,89	98.427,93	65.968,55	459.876,81	51.177.724,43	52.521.231,38
De 151 a 180 dias	360.723.367,71	92.366.094,08	64.927.491,28	50.922.330,92	15.637.833,61	4.093.051,31	3.513.175,78	2.051.409,59	15.476.653,97	609.711.408,25	667.026.699,44
De 181 a 360 dias	710.767.881,90	171.246.489,94	119.609.264,90	75.228.110,32	32.907.637,42	7.496.971,93	5.920.770,25	4.345.329,31	28.068.387,66	1.155.590.843,63	1.249.277.927,61
Acima de 360 dias	3.314.440.845,16	944.241.991,54	626.214.020,58	310.405.033,26	183.141.097,93	45.268.800,00	30.781.250,81	33.269.139,75	131.308.613,72	5.619.070.792,75	5.987.643.100,85
Total 31.12.2017	5.077.810.899,11	1.383.804.381,04	936.183.494,88	521.979.214,25	252.521.581,70	61.985.258,71	44.995.956,16	42.467.247,64	194.168.663,98	8.515.916.697,47	-
Total 31.12.2016	5.689.871.603,22	1.004.586.406,28	1.335.487.583,95	520.358.695,01	187.335.132,37	54.562.863,50	73.063.334,90	56.826.977,71	240.886.479,72	-	9.162.979.076,66

Operações Vencidas											
NÍVEL	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
Até 14 dias	2.426.839,98	3.310.984,44	1.884.502,47	2.339.000,22	938.060,86	367.356,20	1.162.421,83	354.618,83	1.742.789,24	14.526.574,07	14.147.807,00
De 15 a 30 dias	322.922,27	663.371,03	4.898.758,18	1.824.883,74	958.977,54	652.810,94	905.973,61	369.918,37	2.136.510,13	12.734.125,81	39.842.447,68
De 31 a 60 dias	-	-	285.605,08	3.285.301,45	1.609.439,84	914.446,22	1.501.030,69	461.666,50	3.321.827,84	11.379.317,62	15.608.835,60
De 61 a 90 dias	-	-	-	360.287,80	1.586.062,35	850.641,07	2.891.954,85	462.709,99	2.913.585,93	9.065.241,99	14.540.467,71
De 91 a 120 dias	-	-	-	240.719,63	786.407,22	1.165.033,28	4.991.142,60	480.535,37	3.302.557,30	10.966.395,40	35.110.438,30
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	692.312,11	161.482,37	2.077.699,96	609.390,40	4.196.148,21	7.737.033,05	14.793.521,21
De 151 a 180 dias	-	-	-	-	76.047,27	164.665,50	111.708,14	1.065.815,95	4.893.962,57	6.312.199,43	10.692.001,12

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Operações Vencidas											
NÍVEL	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	224.399,86	375.294,38	1.721.103,47	35.083.755,94	37.404.553,65	50.441.982,87
Total 31.12.2017	2.749.762,25	3.974.355,47	7.068.865,73	8.050.192,84	6.647.307,19	4.500.835,44	14.017.226,06	5.525.758,88	57.591.137,16	110.125.441,02	-
Total 31.12.2016	3.572.979,65	2.203.493,25	25.196.975,48	14.491.804,32	6.728.254,62	18.311.770,98	25.026.605,84	14.150.786,44	85.494.830,91	-	195.177.501,49
Total geral 31.12.2017	5.080.560.661,36	1.387.778.736,51	943.252.360,61	530.029.407,09	259.168.888,89	66.486.094,15	59.013.182,22	47.993.006,52	251.759.801,14	8.626.042.138,49	-
Valor das Provisões	-	(6.939.465,82)	(9.433.011,10)	(15.901.094,25)	(25.916.944,45)	(19.945.853,37)	(29.506.618,95)	(33.595.121,77)	(251.759.801,14)	(392.997.910,85)	-
Total geral 31.12.2016	5.693.444.582,87	1.006.789.899,53	1.360.684.559,43	534.850.499,33	194.063.386,99	72.874.634,48	98.089.940,74	70.977.764,15	326.381.310,63	-	9.358.156.578,15
Valor das Provisões	-	(5.034.399,72)	(13.607.445,71)	(16.045.688,86)	(19.406.379,95)	(21.862.413,91)	(49.045.002,85)	(49.684.452,25)	(326.381.310,63)	-	(501.067.093,88)

d) Operações com características de operação de crédito por nível de risco e faixa de atraso

Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2017	31.12.2016
Até 14 dias	240.635.930,63	82.254.690,82	36.410.199,44	13.440.538,26	5.716.460,77	1.967.483,73	1.254.132,52	864.570,67	5.988.315,29	388.532.322,13	409.311.401,71
De 15 a 30 dias	2.149.518,90	2.506.956,48	4.442.244,30	655.413,47	174.056,88	75.011,01	36.064,14	20.908,26	173.390,45	10.233.563,89	5.605.223,25
De 31 a 60 dias	-	-	-	4.274.764,78	656.089,50	176.393,48	163.025,93	61.929,70	481.304,20	5.813.507,59	4.302.516,93
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	3.496.401,13	437.230,14	103.143,16	37.399,11	493.821,46	4.567.995,00	3.074.910,07
De 91 a 120 dias	-	-	-	-	63.835,66	2.393.835,66	164.016,11	97.104,72	323.651,07	3.042.443,22	2.662.915,32
De 121 a 150 dias	-	-	-	-	-	42.609,97	1.875.234,31	183.192,11	529.803,64	2.630.840,03	4.595.606,29
De 151 a 180 dias	1.834,68	-	-	-	-	-	62.008,77	1.393.215,90	552.077,08	2.009.136,43	2.951.924,71
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	14.293.584,95	14.293.584,95	22.187.807,26
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31.12.2017	242.787.284,21	84.761.647,30	40.852.443,74	18.370.716,51	10.106.843,94	5.092.563,99	3.657.624,94	2.658.320,47	22.835.948,14	431.123.393,24	-
Valor das Provisões	-	(424.292,01)	(408.716,81)	(551.199,16)	(1.010.711,82)	(1.527.782,25)	(1.828.826,92)	(1.860.832,18)	(22.835.948,14)	(30.448.309,29)	-
Total em 31.12.2016	-	360.196.496,11	12.180.560,23	6.551.658,24	6.374.732,15	11.379.321,15	15.452.970,87	4.485.179,22	38.071.387,57	-	454.692.305,54
Valor das Provisões	-	(2.279.511,67)	(485.711,69)	(518.155,49)	(778.547,45)	(3.771.926,35)	(8.389.158,98)	(3.403.426,65)	(40.476.060,76)	-	(60.102.499,04)

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos recuperados

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo inicial	561.169.592,92	603.254.768,72
Constituição de Despesa	552.193.110,65	625.853.244,25
Reversão de Receita	(299.870.332,02)	(230.689.160,66)
Total provisões constituídas/revertidas	252.322.778,63	395.164.083,59
Transferência para prejuízo	(390.046.151,41)	(437.249.259,39)

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo final	423.446.220,14	561.169.592,92
Créditos recuperados	100.156.661,35	84.831.421,84

f) Renegociações

As operações de créditos renegociadas em 2017 totalizaram R\$ 2.242.208.291,33 (R\$ 2.658.530.032,69 no mesmo período de 2016). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada.

Nota 9 Outros créditos

a) Rendas a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos/juros sobre capital próprio	416.713,16	81.134,21
Serviços de arrecadação	11.553.779,56	10.961.707,20
Outros serviços prestados	1.992.461,31	2.951.164,61
Total	13.962.954,03	13.994.006,02

b) Diversos

	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos e antecipações salariais	5.086.022,53	5.987.100,60
Devedores por depósitos em garantia:		
Fiscais	633.844.218,79	583.321.714,72
Trabalhistas	29.516.355,83	35.651.578,29
Outros	23.128.374,27	20.129.060,11
Impostos e contribuições a compensar	50.420.653,17	26.827.133,14
Pagamentos a ressarcir	21.125.915,94	29.915.034,21
Títulos e créditos a receber	6.731.381,68	6.574.565,65
Valores a receber – sociedades ligadas	8.639.844,56	6.028,56
Correspondentes não bancários	13.720,01	216.320,94
Devedores diversos – país	43.229.509,19	59.074.831,47

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Total	821.735.995,97	767.703.367,69

c) Composição das provisões para outros créditos

	31.12.2017	31.12.2016
Carteira de crédito BRBCard	(30.448.309,29)	(60.102.499,04)
Pagamentos a ressarcir	(1.162.816,49)	(1.162.816,49)
Outras	(189.510,61)	(203.146,96)
Total	(31.800.636,39)	(61.468.462,49)

Nota 10 Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos

a) Movimentação do crédito tributário

a.1) Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diferenças intertemporais.

	Crédito tributário
Saldo em 31.12.2015	569.169.549,57
Constituição	378.435.086,30
Realização	(395.813.431,97)
Saldo em 31.12.2016	551.791.203,90
Constituição	319.886.013,30
Realização	(348.110.893,02)
Saldo em 31.12.2017	523.566.324,18

a.2) Créditos Tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de ajustes a valor de mercado de TVM.

	Crédito tributário
Total ativo fiscal diferido 31.12.2015	4.725.333,37
Ajuste positivo	826.927,20
Ajuste negativo	(912.054,20)
Total ativo fiscal diferido 31.12.2016	4.640.206,37
Ajuste positivo	447.945,97

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	Crédito tributário
Ajuste negativo	(1.323.336,75)
Total ativo fiscal diferido 31.12.2017	3.764.815,59

a.3) Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal do IR

	Crédito tributário
Saldo em 31.12.2015	2.323.699,37
Constituição	38.260.924,52
Realização	(10.294.590,33)
Saldo em 31.12.2016	30.290.033,56
Constituição	6.088.285,76
Realização	(12.024.648,73)
Saldo em 31.12.2017	24.353.670,59

a.4) Créditos Tributários da Base Negativa da CSLL

	Crédito tributário
Saldo em 31.12.2015	1.919.093,25
Constituição	30.880.590,16
Realização	(8.269.976,54)
Saldo em 31.12.2016	24.529.706,87
Constituição	4.860.650,59
Realização	(9.620.745,02)
Saldo em 31.12.2017	19.769.612,44
Total de Créditos Tributários	571.454.422,80
Percentual em relação ao Patrimônio Líquido	46,07%
Percentual em relação ao Ativo Total	4,12%

b) Passivo fiscal diferido (nota 20a)

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

b.1) Passivo fiscal diferido TVM

	Crédito tributário
Total passivo fiscal diferido em 31.12.2015	21.327,98
Ajuste positivo	1.685.397,30
Ajuste negativo	(634.792,36)
Total passivo fiscal diferido em 31.12.2016	1.071.932,92
Ajuste positivo	1.575.793,88
Ajuste negativo	(704.113,75)
Total passivo fiscal diferido em 31.12.2017	1.943.613,05

b.2) Passivo fiscal diferido

	Crédito tributário
Total passivo fiscal diferido 31.12.2015	8.044.836,76
Ajuste positivo	19.341.162,34
Ajuste negativo	-
Total passivo fiscal diferido 31.12.2016	27.385.999,10
Ajuste positivo	7.206.108,82
Ajuste negativo	(1.186.541,91)
Total passivo fiscal diferido 31.12.2017	33.405.566,01

c) Cálculo do crédito tributário ativado

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	31.12.2017	31.12.2016
	IR e CSLL	IR e CSLL
Devedores duvidosos	309.897.878,38	349.109.575,89
Licença prêmio	72.660,34	63.879,23
Litígios trabalhistas	22.426.356,51	39.876.182,40
Outros litígios	15.429.982,94	14.470.905,06
Provisão sobre precatório do DER	297.969,72	274.813,14
Perdas com FCVS	19.987.275,23	16.915.477,69
Outros Valores e Bens	1.375.397,34	960.430,58
Provisão riscos fiscais (INSS)	7.204.075,45	11.057.277,21

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis	31.12.2017	31.12.2016
	IR e CSLL	IR e CSLL
Provisão riscos fiscais (IRPJ)	2.299.484,41	-
Provisão riscos fiscais (Multa FNDE)	735.510,66	735.884,45
Provisão riscos fiscais (PIS E Cofins)	2.550.803,23	2.556.421,34
Provisão despesas de pessoal – Abono	28.133,78	31.856,15
Previdência complementar	118.631.026,05	93.627.132,74
Outras	22.629.770,14	22.111.368,02
Total	523.566.324,18	551.791.203,90
Base Negativa da CSLL 15%	19.769.612,44	24.529.706,87
Prejuízo Fiscal do IR 25%	24.353.670,59	30.290.033,56
Ajuste de TVM	3.764.815,59	4.640.206,37
Total	571.454.422,80	611.251.150,70

d) Estimativa de realização do crédito tributário

2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023 a 2027	%
277.549.158,51	48,57	117.496.994,94	20,56	26.644.560,66	4,66	24.649.359,27	4,31	24.649.359,28	4,31	100.464.990,14	17,59

e) Valores realizados do crédito tributário

	31.12.2017	31.12.2016
Valor projetado	277.304.651,43	1.283.429.924,33
Valor realizado	371.079.623,49	930.835.545,40
Percentual de realização	133,82%	73,15%

Nota 11 Impostos e contribuições

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes do IR e CSLL antes participação nos lucros	475.216.921,22	316.441.213,29
(-) Participação nos lucros	(43.468.878,95)	(34.667.524,86)
(+) Adição	732.840.179,27	1.236.854.225,62
Permanente	13.521.109,13	12.053.547,11
Equivalência patrimonial	38.681,56	26.725,61
Outras adições	13.482.427,57	12.026.821,50
Não Permanente	719.319.070,14	1.224.800.678,51
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	557.553.759,08	1.030.310.429,35
Provisão para Contingências	16.021.441,73	50.033.936,72
Provisão para PDVI	10.493.241,09	14.901.712,66
Outras adições	135.250.628,24	129.554.599,78
(-) Exclusão	(952.474.423,67)	(1.471.349.502,79)
Permanente	(117.890.810,96)	(153.101.765,75)
Equivalência patrimonial	(34.172.795,10)	(33.760.062,33)
Juros sobre capital próprio	(83.450.896,35)	(42.000.000,00)
Outras exclusões	(267.119,51)	(119.341.703,42)
Não permanente	(834.583.612,71)	(1.318.247.737,04)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(644.690.864,66)	(1.042.675.740,84)
Provisão de Contingências	(74.915.550,24)	(38.172.589,14)
Provisão para PDVI	(10.493.241,09)	(14.901.712,66)
Reversão para perda com FCVS	(63.273,77)	(133.973.834,62)
Outras exclusões	(104.420.682,95)	(88.523.859,78)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	212.113.797,87	5.278.411,26
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(22.519.937,06)	(1.324.132,51)
(=) Lucro/Prejuízo fiscal	189.593.860,81	3.954.278,75
Imposto de renda à alíquota 15%	28.494.980,92	17.589.435,03
Imposto de renda adicional 10%	18.906.653,95	11.639.669,08
(-) Incentivos fiscais	(2.906.197,17)	(590.716,61)
(+/-) Ajustes despesa IR/exercícios anteriores	(11.292,40)	19.398,15
Despesa com IR à alíquota de 25%	44.484.145,30	28.657.785,65
Provisão para IRPJ - Valores Diferidos	2.252.673,62	12.306.203,33
Total IRPJ	46.736.818,92	40.963.988,98

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ	34.776.881,60	(8.651.971,05)
Base de Cálculo antes da compensação de base negativa (CSLL)	221.395.995,51	3.888.634,14
(-) Compensação de base negativa	(22.574.957,32)	(1.990.058,33)
(=) Base de cálculo da CSLL	188.549.449,93	1.898.575,81
Valor da CSLL	37.709.890,00	23.447.448,84
(+/-) Ajustes despesa CSLL/exercícios anteriores	9.256,03	-
Despesa com CSLL	37.700.633,97	23.447.448,84
Provisão para CSLL - Valores Diferidos	1.351.604,11	7.383.721,99
Total CSLL	39.052.238,08	30.831.170,83
Ativo Fiscal Diferido - CSLL	28.195.422,75	(6.819.567,44)
Ativo Fiscal Diferido - IRPJ + CSLL	62.972.304,35	(15.471.538,49)
Imposto de Renda e CSLL	148.761.361,35	56.323.621,32

Nota 12 Outros valores e bens

	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2017
Bens não de uso próprios*	94.726.377,16	62.609.261,66	(8.163.872,01)	149.171.766,81
Material em estoque	1.347.381,87	17.053.527,92	(17.299.017,31)	1.101.892,48
Total	96.073.759,03	79.662.789,58	(25.462.889,32)	150.273.659,29

* Bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

Nota 13 Investimentos – participações em coligadas e controladas no país

a) Participações em coligadas e controladas no país

	Corretora Seguros BRB	BSB Participações	
Capital Social	47.178.000,00	199.999,82	
Quantidade de ações			
Ordinárias	26.777.994	519.340	
Percentual de participação	100,00%	99,99%	
Movimento do investimento	Corretora Seguros BRB	BSB Participações	Total
Saldos em 31.12.2016	94.403.989,39	69.267,13	94.473.256,52
Equivalência patrimonial	34.172.795,10	(38.681,56)	34.134.113,54

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Movimento do investimento	Corretora Seguros BRB	BSB Participações	Total
Dividendos/juros sobre capital próprio distribuído	(41.333.609,33)	-	(41.333.609,33)
Saldos em 31.12.2017	87.243.175,16	30.585,57	87.273.760,73

Nota 14 Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Móveis e equipamentos em estoque	0%	216.870,25	229.407,59	-	(251.764,67)	194.513,17
Imobilizações em curso	0%	240.730,00	1.126.465,80	(130.948,42)	(461.037,19)	775.210,19
Terrenos	0%	16.857.097,92	-	-	-	16.857.097,92
Edificações	4%	46.120.981,97	-	-	(120.961,10)	46.000.020,87
Instalações	10%	7.138.078,76	-	(11.916,38)	-	7.126.162,38
Móveis e equipamentos de uso	10%	28.298.066,69	450.319,37	(659.336,50)	(2.376.674,93)	25.712.374,63
Sistema de comunicação	20%	2.042.911,07	10.668,12	(16.010,67)	10.453,19	2.048.021,71
Sistema de processamento de dados	20%	61.338.630,03	5.039.486,41	(1.271.288,66)	2.970.819,85	68.077.647,63
Sistema de segurança	10%	8.102.152,13	1.021.686,27	(133.964,89)	229.164,85	9.219.038,36
Sistema de transporte	20%	2.573.891,30	-	(156.534,86)	-	2.417.356,44
Subtotal	-	172.929.410,12	7.878.033,56	(2.380.000,38)	-	178.427.443,30
Depreciação acumulada	-	(105.717.304,19)	(13.338.286,62)	2.091.977,29	-	(116.963.613,52)
Total	-	67.212.105,93	(5.460.253,06)	(288.023,09)	-	61.463.829,78

Nota 15 Intangível

	Taxa de amortização	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Outros ativos intangíveis	10 a 20%	162.986.170,00	81.812.306,10	(5.963.632,25)	-	238.834.843,85
Amortização acumulada	-	(53.217.718,28)	(33.215.579,85)	3.391.740,80	-	(83.041.557,33)
Total	-	109.768.451,72	48.596.726,25	(2.571.891,45)	-	155.793.286,52

(*) Para o cálculo da amortização dos softwares é utilizado o prazo contratual ou a taxa de 20% ao ano.

Nota 16 Depósitos

a) Resumo

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	811.959.496,44	881.687.032,73
Pessoas físicas	217.877.164,96	202.135.315,36
Pessoas jurídicas	355.690.814,02	383.554.184,80
Vinculados	27.733.587,99	19.520.282,95
Governos	564.915,28	3.657.069,19
Depósitos à vista de ligadas	179.364.438,46	223.619.144,41
Depósitos de instituições do sistema financeiro	30.337.625,35	48.888.841,46
Contas encerradas	390.950,38	312.194,56
Depósitos de poupança	1.716.585.665,89	1.625.890.665,64
Pessoas físicas	1.627.265.959,39	1.538.337.697,41
Pessoas jurídicas	81.931.712,28	76.419.311,57
Empresas ligadas	7.254.106,54	11.061.181,15
PJ – instituição financeira	133.887,68	72.475,51
Depósitos interfinanceiros	225.672.022,25	219.030.994,37
Depósito a prazo	6.704.552.982,48	5.964.688.009,65
Pessoas físicas	2.984.191.738,01	2.614.099.833,39
Pessoas jurídicas	1.388.114.042,16	1.347.348.709,94
Empresas ligadas	102.181.156,14	735.270,16
GDF	773.244.376,31	564.400.253,81
Outros governos	48.027.571,80	51.942.865,47
Depósitos judiciais com remuneração	1.403.258.631,86	1.378.444.369,01
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	5.535.466,20	7.716.707,87
Moeda eletrônica – cartão pré pago	1.533.234,51	1.480.579,33
Total	9.460.303.401,57	8.692.777.281,72

b) Segregação por prazo de exigibilidade

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à vista	811.959.496,44	-	-	-	-	-	811.959.496,44	881.687.032,73

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Depósitos de poupança	1.716.585.665,89	-	-	-	-	-	1.716.585.665,89	1.625.890.665,64
Depósitos interfinanceiros	-	54.470.489,00	171.201.533,25	-	-	-	225.672.022,25	219.030.994,37
Depósitos a prazo	-	1.222.105.104,15	493.163.047,96	1.479.619.116,94	1.950.528.513,30	150.343.102,07	5.295.758.884,42	4.578.526.932,77
Depósitos judiciais com remuneração	1.403.258.631,86	-	-	-	-	-	1.403.258.631,86	1.378.444.369,01
Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial	5.535.466,20	-	-	-	-	-	5.535.466,20	7.716.707,87
Moeda eletrônica - cartão pré pago	1.533.234,51	-	-	-	-	-	1.533.234,51	1.480.579,33
Total em 31.12.2017	3.938.872.494,90	1.276.575.593,15	664.364.581,21	1.479.619.116,94	1.950.528.513,30	150.343.102,07	9.460.303.401,57	-
Total em 31.12.2016	2.509.058.277,70	2.845.643.549,20	271.624.358,06	1.266.873.559,98	1.631.603.706,64	167.973.830,14	-	8.692.777.281,72

Nota 17 Captação no mercado aberto

a) Resumo

	31.12.2017	31.12.2016
Carteira própria	50.010.651,24	332.364.555,19
Recompras a liquidar	50.010.651,24	332.364.555,19
Letras Financeiras do Tesouro	50.010.651,24	332.364.555,19
Carteira de terceiros	426.226.481,40	260.332.788,24
Recompras a liquidar	426.226.481,40	260.332.788,24
Letras do Tesouro Nacional	300.039.294,15	100.017.060,51
Notas do Tesouro Nacional	126.187.187,25	160.315.727,73
Total	476.237.132,64	592.697.343,43

Nota 18 Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	De 1 a 3 anos	31.12.2017	31.12.2016
Recursos de letras de crédito imobiliário	10.417.046,88	80.197.280,58	37.834.228,95	26.505.923,90	85.914.193,75	240.868.674,06	443.195.606,59
Letras financeiras	-	-	-	47.039.712,04	-	47.039.712,04	186.002.964,62
Total em 31.12.2017	10.417.046,88	80.197.280,58	37.834.228,95	73.545.635,94	85.914.193,75	287.908.386,10	-
Total em 31.12.2016	9.642.834,98	38.039.213,26	303.740.281,84	152.806.065,99	125.150.175,14	-	629.198.571,21

Nota 19 Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

a) Segregação por tipo de recursos

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	3% a.a.	Polobrasília e Profir/OECF	Outubro de 2025	1.427.344,56	1.513.666,55
Banco do Brasil (FCO)	2,94% a.a. até 7% a.a.	Desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, rural e infraestrutura econômica.	Dezembro de 2023	51.181.367,55	55.314.638,73
BNDES	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/Finem, comércio e serviços e rural.	Junho de 2023	73.268.179,29	88.050.764,96
CEF	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	Finansa	Outubro de 2018	-	182.236,48
Finame	0,9% a.a. até 7,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola.	Novembro de 2024	98.323.005,46	124.410.273,02
Total				224.199.896,86	269.471.579,74

b) Segregação por vencimento

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 15 anos	31.12.2017	31.12.2016
Tesouro Nacional	194.653,77	352.197,37	352.197,37	528.296,05	1.427.344,56	1.513.666,55
Banco do Brasil (FCO)						
Industrial	10.275.148,89	15.035.777,69	7.052.782,56	6.374.692,70	38.738.401,84	38.060.826,37
Rural	2.739.441,74	6.594.534,55	2.440.173,55	668.815,87	12.442.965,71	17.253.812,36
BNDES						
Industrial	3.366.533,79	5.138.141,23	4.602.337,01	4.373.307,15	17.480.319,18	24.069.408,99
Rural	6.781.378,22	15.455.534,10	10.926.100,33	22.624.847,46	55.787.860,11	63.981.355,97
CEF	-	-	-	-	-	182.236,48
Finame						
Industrial	10.383.423,44	18.094.188,02	10.093.833,10	2.563.909,99	41.135.354,55	52.984.824,68
Rural	12.607.996,30	22.640.293,10	15.385.154,80	6.554.206,71	57.187.650,91	71.425.448,34
Total em 31.12.2017	46.348.576,15	83.310.666,06	50.852.578,72	43.688.075,93	224.199.896,86	-
Total em 31.12.2016	55.901.802,14	91.993.855,92	61.481.029,51	60.094.892,17	-	269.471.579,74

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Nota 20 Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre salários	26.103.438,76	26.576.360,22
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.809.965,09	3.232.655,87
Impostos e contribuições – outros	14.539.543,43	10.921.509,70
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	47.811.600,88	15.888.394,65
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 10b)	35.349.179,06	28.457.932,02
Total	125.613.727,22	85.076.852,46

b) Dívidas subordinadas elegíveis ao capital.

A Letra Financeira Subordinada – LFS foi criada pela Medida Provisória n.º 472/2009, posteriormente convertida em Lei n.º 12.249/2010. É um título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, cuja emissão, exclusiva de instituições financeiras, foi regulamentada pelo CMN por meio de sua Resolução n.º 4.123/2012.

O título visa dotar as instituições de um instrumento juridicamente seguro que viabilize a captação de recursos de médio e de longo prazos, de modo a propiciar melhor gestão da liquidez. A Resolução estabelece ainda:

- não pode ser emitida com valor nominal unitário inferior a R\$ 300 mil;
- prazo de vencimento mínimo de 5 anos;
- não é permitido o resgate antecipado;
- a remuneração pode ser com taxa prefixada, taxas flutuantes referenciadas no CDI ou Selic ou ainda índice de preços.

Resumo do título por indexador e vencimento:

	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
CDI (LFS)	71.192.264,57	-	-	71.192.264,57	63.282.071,20
IPCA (LFS)	98.284.538,68	-	-	98.284.538,68	89.677.127,30
CDI (LFSN)	-	117.637.205,53	82.471.971,25	200.109.176,78	175.748.325,20

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2017	31.12.2016
IPCA (LFSN)	-	256.449.614,57	-	256.449.614,57	230.490.350,86
Total em 31.12.2017	169.476.803,25	374.086.820,10	82.471.971,25	626.035.594,60	-
Total em 31.12.2016	123.790.333,94	361.736.836,72	73.670.703,90	-	559.197.874,56

c) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Cheques administrativos	8.237.234,41	11.658.787,83
Credores por recursos a liberar	4.541.397,42	4.814.503,89
Obrigações para aquisição de bens e direitos	340.798,52	2.970.671,48
Obrigações por convênios oficiais	30.124.554,20	20.494.250,55
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	22.890.441,55	17.729.945,64
Provisão para pagamento – despesas de pessoal	99.863.881,15	99.437.538,30
Provisão para pagamento – despesas administrativas	39.797.940,52	36.346.361,24
Obrigações por cotas de fundos de investimento	-	7.936.864,63
Credores diversos – país	10.861.329,92	2.682.729,17
Pagamentos a processar	38.490.482,16	31.907.204,35
Pendências de depósitos	4.758.701,36	2.577.044,86
Obrigações com bandeiras e associados	377.233.132,63	383.563.342,75
Pendências a regularizar de sistemas	7.984,82	5.212.453,85
Fornecedores CPG	62.594,77	7.444.520,95
Outros	34.238.053,12	10.281.956,13
Total	671.448.526,55	645.058.175,62

Nota 21 Provisões, passivos e contingências passivas

a) Contingências de “risco provável”

Natureza	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2017
----------	---------------------	--------------	------------	----------	-------------	---------------------

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Natureza	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Saldo em 31.12.2017
Trabalhistas	90.889.581,35	8.158.108,20	(29.963.192,15)	(23.470.871,29)	5.245.637,57	50.859.299,68
Cíveis	32.951.853,54	9.699.706,47	(3.415.173,50)	(8.708.991,78)	4.236.676,12	34.734.070,85
Subtotal	123.841.434,89	17.827.814,67	(33.378.365,65)	(32.179.863,07)	9.482.349,69	85.593.370,53
Fiscais – CSLL	368.127.873,34	15.939.259,10	-	(4.160.061,54)	23.383.325,69	403.290.396,59
INSS – PLR	17.432.023,30	-	-	(38.827,47)	616.992,58	18.010.188,41
INSS – PLR Abonos	10.211.169,32	-	-	(10.402.396,16)	191,226,84	-
Salário Educação	2.293.740,16	-	-	-	58.039,25	2.351.779,41
IRPJ riscos fiscais	-	14.541.736,99	-	-	34.276,01	14.576.013,00
PIS	10.955.490,09	-	-	-	461.118,88	11.416.608,97
Cofins	2.643.241,71	-	-	-	154.326,56	2.797.568,27
Outros tributos	652.498,39	-	-	-	-	652.498,39
Subtotal	412.316.036,31	31.133.494,48	-	(14.601.285,17)	24.899.305,81	453.095.053,04
Total	536.157.471,20	48.961.309,15	(33.378.365,65)	(46.781.148,24)	34.381.655,50	538.688.423,57

a.1 - Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

a.2 - Contingências Cíveis

As contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, diferenças de alugueres, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor, o Banco possui 294 processos em curso (328 em 31.12.2016)

a.3 - Contingências fiscais

As contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL: O Banco contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória (2006.34.00.001140-3), em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita. A provisão em 31.12.2016 foi de R\$ 403.290.396,59 (R\$ 368.127.873,34 em 31.12.2016).

Em setembro de 2016 foi publicada sentença favorável ao BRB na qual consta a nulidade das autuações feitas no âmbito dos processos administrativos decorrentes de não recolhimento da CSLL nos exercícios de 1992, 1993 e 1994. Diante desse fato, relativamente aos valores envolvidos nas autuações anuladas, a probabilidade de perda foi alterada de provável para possível, ensejando na reversão parcial da provisão no montante de R\$ 118.015.060,57.

Controladas Financeira BRB e BRB – DTVM: a BRB - DTVM e a Financeira BRB discutiam judicialmente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas, a BRB CFI aguarda levantamento do saldo remanescente no valor de R\$ 796.357,66, em 31.12.2017 (R\$ 763.631,43 em 31.12.2016), enquanto a BRB – DTVM espera o levantamento do valor de R\$ 203.981,95, na data-base de 31.12.2017 (R\$ 195.392,61 em 31.12.2016).

PIS – Emendas Constitucionais n.º 1/1994 e n.º 10/1996: Ao argumento de inconstitucionalidade da Medida Provisória n.º 517/1994, a qual alargou a base de cálculo do PIS/Pasep para incluir na sua base de cálculo as receitas financeiras, em total descompasso com os artigos 72 e 73 do ADCT e com a legislação que define a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, em 18.06.1996 o BRB e a Financeira BRB ajuizaram ação Ordinária contra a União, ocasião em que postularam o direito de continuar a recolher o PIS com base na legislação do Imposto de Renda, na forma definida no inciso V do art. 72 do ADCT, com redação estabelecida pela ECR n.º 01/1994 e pela EC n.º 10/1996.

Com a improcedência do pleito, o BRB aguarda a conversão dos depósitos em rendas da União para a baixa da provisão no valor de R\$ 10.650.702,74 (R\$ 10.227.854,88 em 31.12.2016). Para a Financeira BRB parte dos depósitos foram convertidos em rendas da União. Restam os depósitos de janeiro a junho de 1997 que ainda não foram levantados pela União, e possui a provisão de R\$ 311.301,46 (298.108,49 em 31.12.2016). A BRB - DTVM possui provisão no montante de R\$ 454.604,77 (R\$ 429.526,72 em 31.12.2016).

Salário Educação: Em razão de discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que aplicou multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário-Educação, nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal n.º 2003.34.00.043653-3, foi efetivada provisão em 31.08.2007, no montante de R\$ 1.680.000,00, o saldo atualizado em 31.12.2017 é de R\$ 2.351.779,41 (R\$ 2.293.740,16 em 31.12.2016).

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

a.4 - Contingências previdenciárias

Autuações referente ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais, ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS - PLR/Abonos: Três autuações de 2001, relativas ao INSS (NFLD n.º 35.360.575-1; NFLD n.º 35.360.577-8 e NFLD n.º 35.360.579-4), referem-se ao não recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo, com valor principal de R\$ 7.646.686,96.

O Banco decidiu pela adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária no segundo semestre de 2017, para fins de quitação do débito à vista, com a reversão da provisão de R\$ 10.402.396,16.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9), no valor total de R\$ 37.078.951,68, são objeto de discussão na esfera administrativa. A primeira (NFLD n.º 37.135.117-0), no valor nominal de R\$ 34.850.903,26, refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco, sendo provisionado o valor de R\$ 18.010.188,41 (R\$ 17.432.023,30 em 31.12.2016).

b) Contingências de “risco possível”

Natureza	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantidade	Saldo	Quantidade	Saldo
Cível	534	234.927.429,93	884	282.495.990,14
Trabalhista	122	19.182.289,90	159	18.262.470,21
Fiscal	11	127.873.775,44	4	134.974.212,31
Total	667	381.983.495,27	1.047	415.732.672,66

Movimentação das contingências com perdas “possíveis”

O BRB – Consolidado Prudencial possui 534 processos de natureza cível, no montante de R\$ 234.927.429,93, promovidos contra o Conglomerado, cuja probabilidade de perda está definida como possível, envolvendo, além dos objetos discutidos no tópico anterior, também ações relativas a

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso por meio de débito em contas, inscrição em órgãos de proteção ao crédito e contrato de financiamento firmado com a Cooperativa de Transporte Coletivo Público do DF (Coopertran).

Há, também, 122 processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível, no montante de R\$ 19.182.289,90, que envolvem horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, indenizações decorrentes de acidentes do trabalho, e causas de responsabilidade subsidiária.

Existem, ainda, 11 processos de natureza fiscal no montante de R\$ 127.873.775,44 com probabilidade de perda possível, relativas a autuações do INSS, originadas de PLR, e da Receita Federal, decorrentes de suposta falha no recolhimento da CSLL/IRPJ.

Nota 22 **Receitas e despesas**

a) Receitas de prestação de serviços

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Comissões cartão de débito	9.920.806,68	18.957.310,07	17.504.891,37
Rendas de administração de fundos de investimento	7.080.265,58	17.325.995,84	16.223.553,70
Rendas de comissões de colocação de títulos	284.963,59	326.522,96	2.028.343,20
Corretagem de seguros	613.051,70	1.449.712,14	3.994.402,42
Comissões de intercâmbio	19.668.463,38	38.732.695,40	36.708.997,48
Outros serviços cartão	-	-	17.629,04
Rendas de serviços de custódia	1.030.954,22	2.132.185,00	1.885.957,09
Outras	1.111.195,29	3.994.980,05	7.053.491,33
Total	39.709.700,44	82.919.401,46	85.417.265,63

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de Pessoa Física:	40.592.422,92	80.622.728,21	78.075.533,86
Rendas de pacotes de serviços	16.084.653,40	31.574.915,18	28.709.857,01
Rendas de serviços prioritários	12.820.794,00	25.967.514,56	26.689.087,47
Rendas de serviços diferenciais	10.985.970,80	21.540.900,80	20.799.975,50
Rendas de serviços especiais	701.004,72	1.539.397,67	1.876.613,88
Rendas de Pessoa Jurídica:	38.705.312,65	78.970.992,90	82.079.004,07
Total	79.297.735,57	159.593.721,11	160.154.537,93

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

c) Despesas de pessoal

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de pessoal – benefícios	(48.363.160,61)	(96.566.902,00)	(96.111.341,70)
Despesas de pessoal – encargos sociais	(112.291.445,35)	(226.673.827,87)	(241.992.074,47)
Despesas de pessoal – proventos	(233.121.939,72)	(456.446.277,59)	(482.522.025,36)
Despesas de pessoal – treinamento	(2.545.279,27)	(2.904.368,37)	(1.885.100,97)
Despesas de honorários	(4.300.597,96)	(8.514.840,78)	(7.796.701,01)
Despesas com remuneração de estagiários	(2.737.794,86)	(5.779.571,46)	(6.002.298,21)
Total	(403.360.217,77)	(796.875.788,07)	(836.309.541,72)

Em 2017, foi divulgada reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, para adesão no período de 03.07.2017 a 07.07.2017 e 09.10.2017 a 13.10.2017. Durante o exercício de 2017, foram registradas 102 adesões e 19 desistências, totalizando indenizações no montante de R\$ 10.493.241,09. Todos os desligamentos ocorreram até dezembro de 2017.

O orçamento final definido para o PDVI do exercício de 2017 foi de R\$ 11.883.491,81, sendo que R\$ 1.390.250,72 foram revertidos totalizando R\$ 10.493.241,09.

d) Outras despesas administrativas

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de água, energia e gás	(3.798.371,41)	(7.981.560,00)	(8.520.573,55)
Despesas de aluguéis	(8.747.787,69)	(17.850.235,67)	(18.449.708,06)
Despesas de comunicações	(2.290.600,10)	(4.472.173,10)	(4.931.949,15)
Despesas de manutenção/conservação de bens	(4.839.049,82)	(9.743.970,03)	(8.522.593,13)
Despesas de processamento de dados	(87.719.568,42)	(168.343.457,63)	(159.050.863,15)
Despesas de propaganda e publicidade	(17.913.961,01)	(32.854.131,70)	(31.475.187,22)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(10.808.930,78)	(21.974.412,57)	(16.718.852,92)
Despesas de serviços de terceiros	(43.739.518,04)	(87.596.038,89)	(105.546.831,72)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(15.885.729,32)	(31.826.813,39)	(33.159.016,09)
Despesas de serviços técnicos especializados	(3.140.590,94)	(8.152.652,92)	(8.004.724,08)
Despesas de transportes	(2.633.306,91)	(5.352.963,63)	(8.737.117,70)
Outras despesas administrativas	(17.196.598,08)	(27.318.277,38)	(28.202.721,93)
Despesas de amortização e depreciação	(23.631.738,03)	(46.553.866,47)	(37.968.273,15)
Total	(242.345.750,55)	470.020.553,38	(469.288.411,85)

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

e) Outras receitas operacionais

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Recuperação de encargos e despesas	10.376.929,73	20.566.158,69	27.038.708,02
Reversão de provisões operacionais	31.614.148,12	55.926.024,78	67.818.503,89
Atualização sobre depósito judicial	16.379.821,76	38.644.615,21	60.630.261,21
Atualização de tributos	1.431.887,46	1.882.168,41	1.490.760,91
Ressarcimento de despesas administrativas	4.561.315,49	5.152.055,45	6.520.057,29
Reversão contribuição social períodos anteriores	-	-	118.015.060,57
Outras	10.890.923,04	20.020.880,52	27.499.195,02
Total	75.255.025,60	142.191.903,06	309.012.546,91

f) Outras despesas operacionais

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Litígios trabalhistas	(363.920,74)	(8.138.038,33)	(23.645.621,11)
Atualização monetária	(16.600.811,34)	(38.757.773,69)	(66.233.181,47)
Despesas de convênio	(13.098.187,25)	(27.407.856,39)	(25.691.092,09)
Outros litígios	(688.185,74)	(8.562.500,33)	(4.966.966,21)
Tarifas ressarcidas	(49.735,58)	(189.791,73)	(8.753.452,07)
Despesas c/ descontos concedidos em renegociações	(3.006.596,17)	(5.341.795,41)	(5.163.733,94)
Despesas com FCVS	(4.004.540,72)	(8.521.623,68)	(4.901.948,50)
Ressarcimento custos de operações de cobrança	(2.090.010,69)	(4.278.639,85)	(4.895.131,52)
Ressarcimento de juros -operações de crédito	(1.455.587,34)	(1.481.066,71)	(133.388,13)
Prejuízos, acordos e perdas	(1.837.484,80)	(12.398.439,52)	(5.068.535,04)
Bonificação paga	(4.255.483,25)	(7.814.002,65)	(6.282.433,47)
Processamento de cartões	(215.211,10)	(445.113,95)	(9.006.955,81)
IRPJ riscos fiscais	(14.541.736,99)	(14.541.736,99)	-
Taxas de serviços	(15.257.113,91)	(31.198.382,35)	(26.564.576,70)
Tarifas não recuperadas	(2.489.042,51)	(4.583.572,58)	(8.722.476,09)
Comissões de correspondentes	(8.663.219,25)	(18.139.613,79)	(19.442.660,69)
Serviços de correio e courier	(2.442.293,45)	(6.096.859,82)	(931.616,17)
Indenizações	(4.116.798,77)	(7.147.823,75)	(5.073.981,32)
Pagamento de tarifas	(2.648.560,46)	(4.755.800,98)	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Variação cambial	(1.339.878,17)	(2.845.704,20)	(21.579.411,73)
Outras despesas	(14.047.574,37)	(25.940.818,25)	(23.728.910,47)
Total	(113.211.972,60)	(238.586.954,95)	(270.785.982,53)

g) Resultado não operacional

	2º semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Resultado na alienação de valores e bens	63.787,77	360.488,16	865.445,70
Perdas de capital	(4.028.023,55)	(7.352.862,17)	-
Valorização/desvalorização de outros valores e bens	(251.763,94)	(1.059.042,31)	(13.221.003,01)
Outros	(3.106.180,79)	4.595.841,77	351.874,37
Total	(1.109.818,93)	(3.455.574,55)	(12.003.682,94)

(*) Refere-se a perdas decorrentes de operações com terceiros.

Nota 23 Patrimônio líquido

a) Em abril de 2015, houve destinação do montante de R\$ 39.500.000,00 para o aumento do capital social do Banco. Desse total, R\$ 12.341.793,18 se refere aos saldos contabilizados em Reserva Especial – Lei n.º 8.200/1991 (R\$ 5.357.823,15) e em Outras Reservas de capital/CM Decreto n.º 332/1991 - Empresa Incorporada (R\$ 6.982.970,03). O restante (R\$ 27.159.206,82) estava registrado nas rubricas reserva de lucros/reserva para margem operacional. Dessa forma, o capital social do Banco passou de R\$ 860.500.000,00 para R\$ 900.000.000,00. A AGE aprovou, em dezembro de 2017, novo estatuto com a alteração do Capital Social.

b) Base de cálculo dos dividendos

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido	259.932.312,51	200.532.654,76
Reserva legal	(12.996.615,62)	(10.026.632,73)
Base de cálculo de dividendo	246.935.696,89	190.506.022,04
Dividendo proposto	98.774.278,75	47.626.505,51
Dividendos a distribuir	15.544.978,63	5.758.918,47
Juros sobre capital próprio	83.450.896,35	42.000.000,00
Imposto de renda retido na fonte	(221.596,23)	(132.412,98)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido	98.774.278,75	47.626.505,57
Dividendos/nº de ações ON	2,6540	1,4291

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos/nº de ações PN	2,9194	1,5721

Nos termos da legislação do Imposto de Renda, o montante distribuído a título de juros sobre capital próprio de R\$ 83.450.896,35 (R\$ 42.000.000,00 em 2016) proporcionou, no exercício de 2017, uma redução tributária no montante de R\$ 37.552.903,36 (R\$ 18.900.000,00 em 2016).

Por deliberação do Consad, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, imputando o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, não podendo exceder o limite de 40%, observada a legislação vigente.

Em 04.05.2017, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, distribuição de dividendos complementares do exercício de 2016 no montante de R\$ 47.626.505,51, que correspondem a R\$ 1,2825 por ação ON e R\$ 1,4108 por ação PN.

Nota 24 Índice de Basileia e de imobilização

	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio de referência	1.409.018.577,05	1.465.274.965,05
Índice de Basileia (*)	15,69%	15,26%
Margem	409.404.249,17	420.530.862,91
Índice de imobilização	12,99%	14,37%
Índice da margem de imobilização	74,02%	71,25%
Margem de imobilização	521.499.773,52	521.956.631,65
Banking	56.520.079,17	96.656.359,26

(*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *banking*, no montante de R\$ 56.520.079,17.

O Banco optou pela apuração consolidada considerando o conglomerado prudencial (conforme Resolução CMN n.º 4.280/2013), sendo o Índice de Solvabilidade de Basileia apresentado superior ao mínimo de 10,5% exigido pela autoridade monetária.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste na soma das seguintes parcelas, conforme Circulares Bacen n.º 3.644/2013, 3.645/2013, 3.638/2013, 3.639/2013, 3.641/2013, 3.640/2013:

RWA = RWACPAD + RWAMPAD (RWACAM + RWAJUR + RWACOM + RWAACS) + RWAOPAD.

	31.12.2017	31.12.2016
Parcela de risco de crédito	7.886.945.664,69	8.609.476.661,18

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Parcela de risco de mercado – juros	95.170.173,51	64.831.872,81
Parcela de risco de mercado – ações	37.736.893,30	34.823.435,54
Parcela de risco de mercado - câmbio	44.432.159,48	33.318.722,51
Parcela de risco de mercado - commodities	600.957,51	780.731,75
Parcela de risco operacional	916.964.139,24	855.810.056,51
Total do Patrimônio de Referência Exigido – RWA	8.981.849.987,74	9.599.041.480,30

Nota 25 Informações complementares

a) Gestão de risco

O BRB conta com estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. Compete à Superintendência de Risco Institucional (Suris) a gestão dos riscos operacional, socioambiental, reputacional e de imagem, de mercado, de liquidez e de crédito. As gerências que compõem a Suris atuam na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos financeiros e não financeiros, bem como no planejamento de capital. É feito o monitoramento dos riscos inerentes aos negócios da organização e a apuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos identificados, de forma a atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e subsidiar a definição das estratégias orçamentárias da instituição. São considerados também os riscos relacionados a serviços terceirizados e as ações necessárias para a aculturação do corpo funcional em relação à prevenção dos riscos geridos, com o intuito de minimizar prejuízos financeiros e de imagem ao BRB.

Para garantir a transparência, a equidade de tratamento e as melhores práticas de governança corporativa, a Suris gerencia os riscos institucionais e o capital por meio de decisões colegiadas, amparadas em Comitês Estatutários e Executivos específicos, que contam com a participação de membros da Alta Administração.

O organograma e o detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos pode ser consultado no site de Relações com Investidores do BRB - Relatório de Divulgação de Informações de Gestão de Riscos e Alocação de Capital ou por meio do link: http://ri.brb.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=56954.

b) Adesão ao Pert

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

O BRB aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – Pert, conforme regras estabelecidas pela Lei n.º 13.496, de 24 de outubro de 2017, para quitação de débitos discutidos em processos administrativos e judiciais, na modalidade de pagamento à vista e em espécie, referentes ao PIS/Pasep e INSS, cujos valores atualizados até outubro totalizaram R\$ 690.647,42 e R\$ 9.679.998,76 os quais foram quitados com os benefícios do Programa por R\$ 217.440,62 e R\$ 4.062.903,97, respectivamente (Nota 21)

Nota 26 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do conglomerado prudencial correspondem às empresas do Conglomerado, pessoas-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

a) Transações com o controlador e outros saldos não eliminados

O Conglomerado Prudencial realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários/interbancários (CDB/CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Ativo		
Administração Indireta(**)	-	182.396,70
Passivo		
Depósitos à vista		
Pessoal-chave da administração(***)	84.560,03	230.545.387,32
Administração Direta(*)	48.226.668,39	71.257.567,12
Administração Indireta(**)	131.053.210,04	152.337.943,15
Vinculadas ao funcionalismo(***)	1.417.397,76	6.949.877,05
Depósitos a prazo		
Pessoal-chave da administração(***)	362.619.383,34	380.731.194,41
Controladas e coligadas	516.819.134,43	244.187.841,66
Administração Direta(*)	256.425.241,88	320.212.412,15
Administração Indireta(**)	66.034.973,97	66.817.861,92
Vinculadas ao funcionalismo(***)	7.837.697,86	1.569.632,38
Outras Obrigações		

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Administração Direta(*)	3.528.797,78	2.744.676,84
Administração Indireta(**)	345,87	8.331,73

(*) Compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;

(**) Compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;

(***) Compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;

(****) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (CEB), água (Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

As empresas coligadas e controladas seguem os trâmites normais dos outros clientes nas cobranças de serviços prestados pelo Banco, não havendo favorecimento, em conformidade com o artigo 245 da lei nº. 6.404/76.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius – Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB – Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB – é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 17.12.1981, composta majoritariamente por empregados ativos e aposentados do BRB Banco de Brasília S.A., que possui participação acionária no BRB e contribui para o custeio da Saúde BRB através de repasses suplementares com base nos resultados positivos, na proporção das despesas assistenciais líquidas do Plano A-1.

A DF Gestão de Ativos S.A. é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei complementar nº 897, de 18.06.2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF foi criado há seis anos pela Lei Complementar nº 769/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, para garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

seus dependentes, com qualidade e eficiência, visando um futuro sustentável para o Distrito Federal e possui 5.996.583 (cinco milhões, novecentas e noventa e seis mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias (ON).

Global Payments Serviços de Pagamentos S.A. – é uma empresa que oferece soluções em tecnologia de meios de pagamento, da qual a BRBCard, empresa do conglomerado BRB, participa com 10% das ações.

b) Saldos de partes relacionadas eliminados na consolidação

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os saldos de contas referentes às transações entre empresas do Conglomerado Prudencial são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. As empresas consolidadas de acordo com o CPC 36 são: BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A; BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A; BRBCard S.A; e FI em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo Investidor Qualificado.

Descrição	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Ativos				
Disponibilidade	2.603.578,28	-	4.599.383,45	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	995.406.744,52	43.210.065,58	1.172.234.353,66	146.584.667,01
TVM (Fundo e CDB)	262.185.996,70	11.205.088,32	430.276.457,85	46.697.167,19
Outros créditos	41.858.526,90		56.991.930,36	-
Investimentos	483.461.564,02	46.416.058,22	431.654.794,72	-
Intangível	21.040.432,50	7.132.350,00	35.305.132,50	-
Passivos				
Depósitos				
Depósito à vista	2.603.578,28		4.599.383,45	-
Depósito a prazo	260.438.227,20	11.250.651,02	380.731.194,41	(38.177.572,41)
Depósito interfinanceiro	988.794.821,41	42.987.115,86	1.172.234.353,66	(146.092.755,04)
Obrigações operações compromissadas	6.611.913,91	222.949,72	8.722.697,73	(491.911,97)
Outras obrigações	34.294.350,12		38.876.848,55	

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas		

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Rendas de prestação de serviços	118.023,41	-
Serviços bancários	15.835.764,09	677.155,37
Ressarcimento de despesas operacionais	14.722.934,25	16.278.599,49
Outras receitas operacionais	14.087.226,90	8.296.344,44
Despesas		
Despesas do sistema financeiro	(143.319,75)	-
Outras despesas administrativas	(21.126.337,76)	(14.978.375,21)
Despesas de serviços de terceiros	-	(9.617.996,20)
Outras despesas operacionais	(16.361.941,14)	(4.520.154,17)

c) Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2016 a abril de 2017 foi fixado em R\$ 7.270.665,44, mais encargos de R\$ 2.005.867,06.

Compete, também, à Assembléia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Está previsto no Estatuto do Banco:

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta do Diretor-Presidente e Diretores, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

Remuneração variável

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 3 anos subsequentes. Existe provisão de R\$ 2.243.894,67 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial.

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Remuneração fixa	5.564.246,93	5.280.276,78
Remuneração variável	1.384.468,83	794.584,31
Total	6.948.715,76	6.074.861,09

Nota 27 Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 3.445.542,07 (R\$ 4.631.360,87 em 31.12.2016), os quais estão relacionados com operações de crédito de órgãos oficiais e consórcio, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional caucionados referentes ao processo 0000392-81.2005.4.013400, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL.

Nota 28 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (BRB e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

- Plano CD-05: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida, instituído em fevereiro de 2017. Tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para o seu custeio e o correspondente retorno líquido dos investimentos, foi elaborado na modalidade Contribuição Definida, um plano individual, financeiro e com benefícios temporários.

Para fins de atendimento à Deliberação CVM n.º 695/2012, o banco efetua o cálculo das obrigações atuariais semestralmente, os valores calculados por atuário externo, para data base de 31 de dezembro de 2017, conforme Relatório Técnico de 16 de janeiro de 2018, estão a seguir sumariados.

a.1 - Valores

	31.12.2017		31.12.2016	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
Valor presente total das obrigações atuariais	(2.418.342.669,44)	(11.690.335,13)	(2.170.532.743,48)	(10.045.555,47)
Valor justo dos ativos do plano	2.067.392.551,00	37.830.439,26	1.883.799.649,47	24.440.443,01
Resultado do plano	(350.950.118,44)	26.140.104,13	(286.733.094,01)	-

	31.12.2017		31.12.2016	
	Plano BD-01	Plano CV-03	Plano BD-01	Plano CV-03
RMBC	1.434.211.110,14	2.683.745,78	1.160.005.149,04	3.983.240,91
RMBAC	1.051.395.413,23	9.006.589,365	1.063.198.211,48	6.062.305,56
Contribuição extraordinária de ativos e assistidos	(67.263.853,93)	-	(52.670.617,04)	-
Total	2.418.342.669,44	11.690.335,13	2.170.532.743,48	10.045.555,47

A Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder representa o valor presente do benefício atribuído em anos anteriores de serviço prestado pelo empregado. Apresentou-se maior em relação ao período anterior, influenciado pela Taxa real de juros e o nível de salários.

A alteração na premissa de taxa de juros real, que foi modificada de 5,91% a.a. para 5,26% a.a., tendo sido obtida a partir dos rendimentos da NTN-B com vencimento em 2030, conforme pesquisa realizada em 31.12.2017. Em relação à reavaliação de 31.12.2017, o valor justo dos ativos do

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

plano cresceu de R\$ 1.883.799.649,47 para R\$ 2.067.392.551, representando uma elevação de 9,75%, enquanto a obrigação atuarial registrou um aumento de 11,42%.

a.2 - Premissas biométricas

Plano PB-01

b) Tábua de mortalidade geral: AT-2000, segregada por sexo;

c) Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;

d) Tábua de mortalidade de inválidos: RP 2000 *Disabled*, por sexo;

e) Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

Plano PB-03

a) Tábua de mortalidade geral: AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo;

b) Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;

c) Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85, por sexo;

d) Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

a.3 - Principais premissas econômicas

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa real de juros - Plano PB-01	5,26%a.a	5,91%a.a
Taxa real de juros - Plano PB-03	5,35%a.a	5,91%a.a
Taxa estimada de inflação	3,83%a.a	5,13%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) - Plano PB-01	0,00%a.a	0,00%a.a
Taxa de rotatividade (ativos) - Plano PB-03	2,60%a.a	2,60%a.a
Taxa de crescimento salarial (ativos) - Plano BD-01	0,00%a.a	0,00%a.a

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano PB-03	2,92%a.a	2,92%a.a
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0,00%a.a	0,00%a.a
Capacidade de benefícios:		
PB-01	100%	100%
PB-03	100%	100%
Capacidade salarial	100%	100%

Índices dos Planos:	31.12.2017	31.12.2016
PB-01	IPCA	IPCA
PB-03	IPCA	IPCA

a.4 - Quantidade de participantes por plano de benefícios

Participantes	Participantes por Plano - Ativos							
	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	688	779	509	558	2.095	2.093	34	-
Regius	5	5	5	5	23	23	-	-
BRBCard	-	-	-	-	102	109	23	-
BRB Seguros	-	-	-	-	64	64	49	-
BRB Saúde	-	-	-	-	-	-	66	-
Total	693	784	514	563	2.284	2.289	172	-

Participantes	Assistidos por Plano							
	Plano BD – 01		Plano CD – 02		Plano CV - 03		Plano CD - 05	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	1.018	940	70	50	15	14	-	-
Regius	-	-	-	-	3	3	-	-
BRB Seguros	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	1.018	940	70	50	19	17	-	-

Participantes	Pensionistas por Plano			
	Plano BD – 01	Plano CD – 02	Plano CV - 03	Plano CD - 05

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BRB – Banco de Brasília	128	120	-	-	-	-	-	-
Regius	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	128	121	-	-	-	-	-	-

a.5 - Alocação e rentabilidade por categoria de ativo

Plano BD-01	31.12.2017		31.12.2016	
	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	1.671.712.900,98	86,44	1.570.614.948,17	86,65
Títulos de renda variável	81.761.725,93	4,23	68.581.949,07	3,78
Investimentos estruturados	12.857.530,04	0,66	14.913.255,08	0,82
Imóveis	126.183.524,85	6,52	119.272.970,36	6,58
Empréstimos a participantes	41.630.449,14	2,15	39.449.653,34	2,18
Disponibilidades	33.895,51	-	30.564,28	-
Depósitos judiciais	461.315,73	0,02	123.016,13	0,01
Contas a pagar	-	-	(14.310,18)	-
Contingências	(653.249,82)	(0,03)	(299.224,89)	(0,02)
Total	1.933.988.092,36	100,00	1.812.672.821,36	100,00

O plano BD-01 possui um total de R\$ 183.122.127,66 (R\$ 164.950.489,11 em 31.12.2016), aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-02	31.12.2017		31.12.2016	
	Posição	%	Posição	%
Títulos de renda fixa	58.752.543,16	99,96	48.990.190,60	5,93
Disponibilidades	21.821,83	0,04	20.011,27	-
Total	58.774.364,99	100,00	49.010.201,87	5,93

O plano CD-02 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Plano CV-03	31.12.2017		31.12.2016	
	Categorias	Posição	%	Posição
Títulos de renda fixa	223.344.593,84	89,30	176.303.593,88	88,63
Títulos de renda variável	9.509.161,66	3,80	8.015.618,06	4,03
Investimentos estruturados	1.932.706,68	0,77	1.922.427,36	0,97
Empréstimos a participantes	15.264.521,05	6,10	12.628.818,42	6,35
Disponibilidades	65.997,81	0,03	57.875,73	0,03
Contas a pagar	-	-	(1.953,28)	-
Total	250.116.981,04	100,00	198.926.380,17	100,00

O plano CV-03 possui um total de R\$ 13.200.436,77 (R\$ 11.893.584,49 em 31.12.2016) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

Plano CD-05	31.12.2017		31.12.2016	
	Categorias	Posição	%	Posição
Títulos de renda fixa	833.844,21	98,46	-	-
Disponibilidades	13.061,02	1,54	-	-
Total	846.905,23	100,00	-	-

O plano CD-05 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

a.6 - Conciliação da obrigação atuarial

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2015	1.679.619.373,37	5.896.454,12
Custos dos juros	237.411.175,11	833.453,18
Custo do serviço corrente	38.923.530,36	482.983,27
Benefícios pagos pelo fundo	(89.077.672,67)	(1.127.619,07)
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	303.656.337,31	3.960.283,97
Valor presente da obrigação em 31.12.2016	2.170.532.743,48	10.045.555,47
	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2016	2.170.532.743,48	10.045.546,47
Custos dos juros	246.207.501,17	1.139.484,72
Custo do serviço corrente	23.987.506,33	713.167,94
Benefícios pagos pelo fundo	(103.702.638,58)	1.286.515,74

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	PB-01	PB-03
Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	81.317.557,04	(1.494.379,74)
Valor presente da obrigação em 31.12.2017	2.418.342.669,44	11.690.335,13

a.7 - Conciliação de ativos do plano

	PB-01	PB-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2015	1.510.751.305,77	5.896.454,12
Rendimento esperado dos ativos do plano	213.541.977,73	833.453,18
Contribuições recebidas pelo fundo	39.474.088,05	838.003,36
Benefícios pagos pelo fundo	(89.077.672,67)	(1.127.619,07)
Despesas administrativas pagas pelo fundo	-	-
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	209.109.950,59	18.000.151,42
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.799.649,47	24.440.443,01

	PB-01	PB-03
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.799.649,47	24.440.443,01
Rendimento esperado dos ativos do plano	213.682.841,59	2.772.324,18
Contribuições recebidas pelo fundo	14.086.219,67	-
Benefícios pagos pelo fundo	34.004.983,23	810.297,79
Despesas administrativas pagas pelo fundo	(103.702.638,58)	1.286.515,74
Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano	25.521.495,62	8.520.858,54
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.392.551,00	37.830.439,26

a.8 - Ganhos e perdas atuarias

	PB-01	PB-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuarias e do serviço passado em 31.12.2015	-	-
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidos em 31.12.2015	-	-
Perdas atuarias para o ano sobre a obrigação	(303.656.337,31)	(3.960.283,97)
Perdas atuarias para o ano sobre os ativos do plano	209.109.950,59	18.000.151,42
Perdas atuarias do exercício	(94.546.386,72)	14.039.867,45
Ajustes nos ganhos/perdas acumulados	-	-
Amortização dos ganhos atuarias acumulados e serviço passado	94.546.386,72	(14.039.867,45)
Ganhos/perdas atuarias e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2016	-	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

	PB-01	PB-03
Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2016	-	-
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidos em 31.12.2016	-	-
Perdas atuariais para o ano sobre a obrigação	(81.317.557,04)	1.494.379,74
Perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano	25.521.495,62	8.520.858,54
Perdas atuariais do exercício	(55.796.061,42)	10.015.238,28
Ajustes nos ganhos/perdas acumulados	-	-
Amortização dos ganhos atuariais acumulados e serviço passado	55.796.061,42	(10.015.238,28)
Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2017	-	-

a.9 - Cálculo da obrigação atuarial descoberta

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2016	(2.170.532.743,48)	(10.045.555,47)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2016	1.883.799.649,47	24.440.443,01
Valor presente da obrigação descoberta	(286.733.094,01)	-

	PB-01	PB-03
Valor presente da obrigação em 31.12.2017	(2.418.342.669,44)	(11.690.335,13)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2017	2.067.392.551,00	37.830.439,26
Valor presente da obrigação descoberta	(350.950.118,44)	26.140.104,13

a.10 - Cálculo da despesa do exercício

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	26.497.769,10	482.938,27
Custo dos juros	237.411.175,11	833.453,18
Rendimento esperado dos ativos do plano	(213.541.977,72)	(833.453,18)
Custo dos serviços passados (benefícios não adquiridos)	-	-
Custos dos serviços passados (benefícios adquiridos)	-	-
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	50.366.966,49	482.938,27

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente	9.901.286,66	713.167,94

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Custo dos juros	246.207.501,17	1.139.484,72
Rendimento esperado dos ativos do plano	(213.682.841,59)	(2.772.324,18)
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	42.425.946,24	(919.671,52)

a.11 - Movimentação do passivo líquido

	PB-01	PB-03
Passivo/ativo líquido em 31.12.2015	168.868.067,60	-
Despesas do ano	50.366.966,48	482.938,27
Pagamento de contribuições	(27.048.326,79)	(838.003,36)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	94.546.386,72	(14.039.867,45)
Passivo/ativo líquido em 31.12.2016	286.733.094,01	(14.394.932,54)

	PB-01	PB-03
Passivo/ativo líquido em 31.12.2016	286.733.094,01	(14.394.896,54)
Despesas do ano	42.425.946,24	(919.671,52)
Pagamento de contribuições	(34.004.983,23)	(810.297,79)
Ganhos/perdas atuariais do exercício	55.796.061,42	(10.015.238,28)
Passivo/ativo líquido em 31.12.2017	350.950.118,44	(26.140.104,13)

a.12 - Cálculo da despesa estimada para 2018

	PB-01	PB-03
Custo do serviço corrente - líquido	16.198.982,92	1.009.389,46
Custo do serviço corrente - bruto	22.118.987,94	1.009.389,46
Contribuições dos participantes	(5.920.005,02)	-
Custo dos juros	224.844.929,41	1.097.806,58
Rendimento esperado dos ativos do plano	(192.215.411,85)	(3.552.550,43)
Juros sobre o efeito do teto do ativo		
Despesa estimada	48.828.500,48	(1.445.354,39)

a.13 - Análise de sensibilidade

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

Os próximos quadros apresentam análises de sensibilidade em relação à taxa de desconto de longo prazo e à tábua de mortalidade geral, em função de essas serem as principais variáveis de determinação das obrigações atuariais dos planos de benefícios. Foram elaborados dois cenários adicionais: a) para a taxa de desconto: variação de +1 p.p. e -1 p.p. em relação à taxa de desconto utilizada como premissa nesta avaliação; e b) para a tábua de mortalidade geral: suavização de 5% e agravamento de 5% nas taxas de mortalidade.

a.14 - Obrigação atuarial com a variação na taxa de desconto de longo prazo

Taxa de desconto	Plano PB-01	Taxa de desconto	Plano PB-03
4,26%	2.721.118.594,44	4,35%	13.841.810,40
6,26%	2.168.752.021,30	6,35%	10.033.499,01

a.15 - Obrigação atuarial com a variação nas taxas de mortalidade geral

Taxa de mortalidade	Plano PB-01
20,48%	2.436.160.707,92
19,63%	2.401.183.571,35

Quanto ao reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefício definido BD-01, a administração firmou entendimento de que a quantificação dos montantes encontra-se adequada e fundamentada em laudo atuarial preparado por atuário independente e mensurado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – revisão 1 – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nesse contexto, cabe mencionar as ponderações que se seguem:

A obrigação de benefícios de pós-emprego que o BRB está vinculado são regidos por acordos formais concretizados entre a patrocinadora (BRB) e a administradora do plano de benefícios (Regius), os quais são constituídos pelo estatuto da entidade, regulamento do plano de benefícios e convênio de adesão, além da legislação que rege tais acordos formais, que é emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-Previc, respectivamente os órgãos regulador e fiscalizador do regime de previdência complementar brasileiro no tocante às entidades fechadas de previdência complementar, conforme disciplina a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Os benefícios pós-emprego, cuja obrigação o CPC-33 R1 determina que a empresa contabilize e divulgue, no caso daqueles relativos aos planos de previdência, devem obedecer os acordos formais entre a empresa e a administradora do plano de benefícios, os quais se compõem de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, conforme estabelece a legislação de previdência complementar brasileira, mas também qualquer obrigação construtiva que surja a partir das práticas informais da entidade.

Conforme disciplina o CPC-33 R1, a contabilização de planos de benefício definido envolve calcular a obrigação atuarial com o benefício pós-emprego, a valor presente, utilizando o método denominado Crédito Unitário Projetado, e deduzir o valor justo dos ativos do plano, resultando em um déficit ou superávit, o qual, se for o caso de superávit, deverá ser ajustado pelo efeito da limitação do teto de ativo.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

O plano foi criado em 1985 e, à época, já eram previstas contribuições sobre benefícios. Para que houvesse viabilidade financeira no plano de benefícios, foi necessária a instituição de contribuições sobre os benefícios em percentuais iguais a 10% para a patrocinadora (BRB) e 10% para os assistidos. Inicialmente, já havia a previsão de que não seriam constituídas provisões matemáticas de 100% dos montantes necessários aos pagamentos dos benefícios, sendo previstas contribuições para reduzir a despesa com os benefícios, as quais até hoje compõem o plano de custeio referente ao plano de benefícios.

Desde o início, o plano foi modelado para capitalizar reservas de 80% dos recursos necessários ao financiamento dos benefícios, sendo a parcela restante financiada em regime de caixa, através das contribuições da empresa e do assistido, que são exigíveis mensalmente enquanto o assistido sobreviver. As contribuições sobre benefícios estão previstas em plano de custeio avaliado anualmente de forma atuarial. Não há contrato de dívida relativo às contribuições que o BRB aporta ao plano incidentes sobre os benefícios.

Posteriormente, após aprovação pela direção do BRB, o plano de custeio foi inserido no regulamento inicial do plano de benefícios, no capítulo V, que trata das contribuições, integrando o art. 42 (aposentados) e art. 45 (patrocinadora), sendo que os percentuais iniciais foram ajustados ao longo do tempo de forma a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios e, atualmente, perfazem, de forma geral, 15% para a patrocinadora e 15% para o aposentado, ambos incidentes sobre o valor do benefício pago pela Regius.

A criação de contribuição para o alcance e manutenção do equilíbrio atuarial de planos de benefícios previdenciais de EFPC é permitida pela legislação desde a época em que o plano de benefícios foi constituído, admitindo-se, no cálculo do resultado atuarial do plano que essas contribuições, tanto da patrocinadora quanto dos assistidos, incidentes sobre benefícios sejam utilizadas como redutoras da obrigação atuarial, de forma que o resultado do plano de benefícios – deficitário ou superavitário – já se encontra subtraído, inclusive, das contribuições futuras da patrocinadora incidentes sobre os benefícios dos aposentados.

O procedimento adotado pela Administração se fundamenta no entendimento de que a obrigação atuarial para com os aposentados deve ser líquida das contribuições incidentes sobre ela, conforme permite a legislação das EFPC, e que o método atuarial estabelecido no CPC 33-R1 não modifica essa obrigação, uma vez que o método é utilizado para o cálculo da reserva matemática constituída pelo participante ativo em função dos anos de serviço que prestou à empresa e, no caso do aposentado, o método atuarial já não é aplicável, pois a reserva matemática necessária ao financiamento do benefício já está constituída.

b) Plano de saúde

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados. O convênio de adesão celebrado entre BRB - Banco de Brasília e Saúde BRB - Caixa de Assistência está sujeito especialmente à Lei n.º 9.656/1998, Resolução Normativa ANS n.º 137/2006 e suas alterações, Estatuto da Saúde BRB e ao regulamento do plano A.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

O objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os beneficiários abrangem empregados ativos, diretores, conselheiros, dependentes, ocupantes de cargo em comissão, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal), receptores de Benefício Diferido pago pela Regius (sem contribuição patronal) e contribuintes avulsos.

O plano de custeio está determinado no regulamento do plano A. Os recursos são originários essencialmente:

- Das associadas BRB-Banco de Brasília, BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A com contribuição mensal no percentual de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Das associadas AEBRB Associação dos Empregados do Banco de Brasília; BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A; Cartão BRB S/A; Regius e Saúde BRB com contribuição mensal no percentual de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- De todas as associadas com contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos seus empregados celetistas e outros beneficiários;
- Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

c) Participação nos lucros e resultados

Foi assinado o I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2016/2018, que regula a participação dos empregados do Banco BRB, efetivos, contratados em emprego ou cargo em comissão, nos lucros e resultados da instituição, no ano de 2017.

Tendo como referência os percentuais de lucratividade do BRB, conforme tabela abaixo, realiza-se o pagamento de acordo com o Programa.

Percentual de rentabilidade sobre o PL médio do Banco no semestre	Percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de PLR
De 0,1% a 14,00%	15,00%
De 14,01% a 19,99%	17,00%
Igual ou maior que 20%	20,00%

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

31.12.2017

(em Reais)

O Programa ajustado entre o BRB e as entidades sindicais (I Termo Aditivo ao ACT 2016/2018) é dividido nos seguintes critérios: (a) índice de lucratividade (art. 2º, § 1º, I, Lei n. 10.101/00) e (b) índice de cumprimento do programa de metas (art. 2º, § 1º, II, Lei n. 10.101/00).

Conforme o índice de lucratividade, 60% (sessenta por cento) do valor total da premiação será distribuído linearmente entre todos os empregados participantes, ressalvados os casos específicos.

Já em relação ao índice de cumprimento do programa de metas, o valor a ser redistribuído corresponderá a 40% (quarenta por cento) do Valor Total da Premiação, sendo distribuído exclusivamente para as unidades que cumpriram as suas metas.

A distribuição por índice de cumprimento do programa de metas será realizada tomando-se por base o valor definido para o salário, considerando-se: o vencimento padrão 1 – VP1 dos cargos da respectiva carreira, para os empregados sem comissão; o valor do somatório do VP1 com a respectiva atividade gratificada, no caso dos empregados com atividade gratificada; e o valor de referência, nos casos dos empregados com função gratificada.

Por fim, o enquadramento dos empregados que participarão do Programa de PLR será definido de forma detalhada no I Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2016/2018, esclarecendo quanto aos empregados de licença interesse ou especial, cedidos, desligados, afastados e demais casos específicos.

Nota 29 Demonstração consolidada do resultado abrangente - DRA

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado do período	259.932.312,51	200.532.654,76
Outros resultados abrangentes	(32.129.413,93)	(78.516.437,58)
Ganhos/perdas de ativos financeiros disponíveis para venda	3.906.377,38	2.398.296,46
Efeito fiscal TVM	(1.875.238,03)	(1.135.731,94)
Passivo atuarial	(55.796.061,42)	(94.546.386,72)
Efeito fiscal passivo atuarial	21.635.508,14	14.767.384,62
Total do Resultado Abrangente	227.802.898,58	122.016.217,18
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	227.802.898,58	122.016.217,18
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	-

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

PRESIDÊNCIA

Vasco Cunha Gonçalves

DIRETORIA

Vasco Cunha Gonçalves (Diretor-Presidente)

Carlos Artur Hauschild

Cristiane Maria Lima Bukowitz

Dario Oswaldo Garcia Júnior

Gustavo Costa Oliveira

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz

Marco Aurélio Monteiro de Castro

Nilban de Melo Júnior

CONSELHO FISCAL

Wilson José de Paula (Presidente)

Antônio Valdir de Oliveira Filho

Antonio Eigi Nishiyama

Dalmo Jorge Lima Palmeira

Pedro Meneguetti

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Antônio Fleury Teixeira (Presidente)

Arthur Pereira Castilho Neto

José Renato Casagrande

Oswaldo Serrano de Oliveira

Romes Gonçalves Ribeiro

Vasco Cunha Gonçalves

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson de Araújo Lôbo (Presidente)

Elias José Pereira de Sousa Filho

Nelson Rodrigues de Oliveira

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

Ricardo José Duarte Rodrigues

Contador CRC/DF n.º 022389/O-9

CPF: 970.107.661-34

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31.12.2017

(em Reais)

Vasco Cunha Gonçalves
Diretor-Presidente

Nilban de Melo Júnior
Diretor Financeiro e Relações com
Investidores

Cristiane Maria Lima Bukowitz
Diretora de Crédito e Clientes

Gustavo Costa Oliveira
Diretor de Tecnologia

Dario Oswaldo Garcia Júnior
Diretor de Rede e Canais

Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz
Diretora de Gestão de Pessoas e
Administração

Carlos Artur Hauschild
Diretor de Risco e Controladoria

Marco Aurélio Monteiro de Castro
Diretor de Serviços e Produtos

Ricardo José Duarte Rodrigues
Contador
CRC-DF n.º 022389/O-9
CPF: 970.107.661-34